

O APARECIMENTO PÚBLICO DE PIXADORES

Arranjos disposicionais de dissenso no
combate ao pixo em Belo Horizonte

ANA KARINA DE CARVALHO OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)



PPGCOM • UFMG



O APARECIMENTO PÚBLICO DE PIXADORES

Arranjos disposicionais de dissenso no
combate ao pixo em Belo Horizonte

ANA KARINA DE CARVALHO OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)



PPGCOM • UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques
Sub-Coordenador: Eduardo de Jesus

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Nísio Teixeira

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB UFBA)	

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A639

O aparecimento público de pixadores [recurso eletrônico] : arranjos disposicionais de dissenso no combate ao pixo em Belo Horizonte / Organizadora Ana Karina de Carvalho Oliveira. – Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-54944-37-7

1. Comunicação. 2. Pixações - Belo Horizonte (MG). I. Oliveira, Ana Karina de Carvalho.

CDD 306.44

Elaborado por Maurício Armormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2020.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO

Lucas Henrique Nigri Veloso

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/termos-de-uso/>

Sumário

AGRADECIMENTOS DA TESE	9
APRESENTAÇÃO DA TESE	13
CAPÍTULO 1	37
Uma pixação no muro do conhecimento	
Jean Luc-Moriceau	
CAPÍTULO 2	43
Tensões e arranjos interacionais na cena do pixo	
José Luiz Braga	
CAPÍTULO 3	51
Desmontar a lógica visível da cidade: o pixo como dispositivo dissensual	
Marco Aurélio Máximo Prado	
CAPÍTULO 4	57
As insurgências e interseccionalidades que constituem pixadores e pixadoras de BH	
Laura Guimarães Corrêa	
CAPÍTULO 5	
Comentários de Ana Karina de C. Oliveira	63
AGRADECIMENTO DA ORIENTADORA	71
REFERÊNCIAS DA TESE	73
SOBRE OS AUTORES	85

Agradecimentos da tese

Não poderia finalizar esta tese sem o amparo, o apoio, a parceria e o carinho de tantas pessoas com as quais tenho a alegria de compartilhar essa conquista e às quais agradeço a seguir. Minha família. Meu marido, Alexandre, por renovar diariamente a escolha de ser meu companheiro nesta vida; pela paciência, cumplicidade e apoio em tudo o que escolho fazer e especialmente nesses quatro anos de doutorado.

Aos meus pais, Helena e Ivan, pelo carinho, apoio, torcida e orações. Aos meus irmãos, Renata e Luiz Sérgio; cunhadas e cunhado, Ana Paula (e Júnio), Raquel e Alysson; minhas amadas sobrinhas, Laura, Isabela e Maria Eduarda. Minha querida avó Hilma. Carol (+ Guilherme), Amanda e Felipe, amigos da vida inteira, sempre torcendo por mim e sendo compreensivos com meus sumiços de doutoranda. Meu gato Fidel, companheiro das jornadas de trabalho.

Minha orientadora Ângela Marques, pela oportunidade de tanto aprendizado, em tantas esferas, nesses mais de seis anos de convivência e parceria. Obrigada pelo carinho, pela generosidade, por confiar em mim e em meu trabalho.

Vera França, pelo acolhimento no Gris em um momento de dificuldade e pela oportunidade inestimável de aprendizado. Por ser fonte de inspiração, carinho, respeito e admiração. Todas as professoras e professores do PPGCOM que, de formas diversas, contribuíram para minha

trajetória e para o desenvolvimento desta pesquisa. Rita de Cássia Velloso, Ricardo Fabrino e Jean-Luc Moriceau, pelas preciosas contribuições feitas na banca de qualificação. Jean-Luc e Marco Aurélio Prado, pela inspiração para a escrita. Jean-Luc, José Luiz Braga, Laura Guimarães e Marco Aurélio, e também Rita Velloso e Regina Helena, por aceitarem compor a banca de defesa.

A todas as alunas e alunos. Da disciplina Comunicação e Política, no 1º semestre de 2016, em que fui monitora da professora Ângela Marques. Da disciplina Corpo, biopolítica e biopotência em fenômenos comunicacionais, que ministrei com Vanessa Costa, a quem agradeço pela parceria nessa experiência tão enriquecedora e que nos rendeu uma publicação tão especial. Eduarda Rodrigues e Isabela Amorim, primeiras orientandas, em parcerias com Vera França e Tamires Coêlho, respectivamente, a quem agradeço. Alunas e alunos da Faculdade Promove. A docência me desafia e me ensina constantemente. Sou muito grata por poder fazer aquilo que escolhi.

Às preciosas amizades feitas nessa trajetória. Minhas queridas Gilmore Greys, grupo que se tornou refúgio de acolhimento, partilha, afeto e força. Obrigada pelos cafés, vinhos, borbulhas rosas, quitandas, pizzas e almoços (na riqueza do Café com Letras ou na humildade da cantina da Letras). Pelos presentes trocados, pelas conversas presenciais e via Telegram; pelos áudios de quinze minutos (a gente ainda cria um podcast!); por tanto aprendizado, por tudo. Maíra, Polyana, Vanessa e Verônica, vocês são presentes especiais! E também Olívia e Pedro, que nos conectam ainda mais. Grisetes, pelos deliciosos encontros e melhores amigos ocultos. Colegas de PPGCOM, pelos diálogos pontuais ou perenes. Longa vida ao Colóquio Discente! Turma de Doutorado de 2015, especialmente colegas da linha Processos Comunicativos e Práticas Sociais. E ainda a Tamires, Fred, Angélica, Elisa e Alexei. Laura Lima, por ter me apresentado o Brown Noise. Apresentei para Malu e já estamos formando uma seita (ouçam Brown Noise). Colegas dos grupos de pesquisa: Gris, especialmente equipes dos projetos GrisLab e Teorias. Quantos desafios e quanto aprendizado! Margem, pelo acolhimento e pelas discussões sempre enriquecedoras. “Grupo Sem Nome” (que eu gosto de chamar de LIGA - Lindo Grupo do Amor): Afonso, Isabelle, Hannah, Igor e Lucas, pela iniciativa e esforço de construir um espaço aberto para nossas discussões dissensuais sobre comunicação e política.

Affetto Espaço de Danças, que, desde 2015, se tornou meu retiro de alegria, prazer e sanidade, além de trabalho. Leandro Brito e Thalita Menezes, pela confiança, compreensão e parceria. A dança faz parte da minha vida e a oportunidade de trabalhar com ela a partir da comunicação é uma realização.

André Mendes, pela sensibilidade, escuta e ajuda em um momento de dificuldade. Pelo trabalho de revisão dos seus textos, por perguntar pelas enxaquecas, por se preocupar. Ludmilla Zago, pelas interlocuções e parcerias. A gente ainda publica nosso livro! Juliana Ferreira, do Espaço do Conhecimento UFMG¹; Frederico Vieira, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Felipe Bernardo Furtado Soares, do programa Cidade e Alteridade; Museu das Minas e do Metal Gerdau, pela disponibilização de materiais sobre os eventos do corpus da pesquisa.

Agradeço à Capes pela bolsa recebida durante quase todo o período da pesquisa, que foi fundamental para o seu desenvolvimento. Eu me solidarizo com as e os colegas que não foram ou não são contemplados por esse recurso que deveria ser um direito, mas se tornou um privilégio. Quando ingressei na Pós-Graduação, em 2013, realizei o sonho de estudar na UFMG. Vivenciei um momento próspero do PPGCOM e da Universidade, com aumento de vagas, fomentos a experiências internacionais, iniciativas de tornar o Programa mais acessível às minorias e fazer dele um espaço mais aberto, democrático e diverso (registro minha especial admiração pelo projeto Orientação Afirmativa e por suas coordenadoras, Lucianna, Mayra e Pâmela). No entanto, apenas no período do Doutorado (iniciado em 2015), vimos um golpe na Presidência da República, cortes de orçamento, desvalorização da educação e da cultura. O Museu Nacional pegou fogo. Duas barragens se romperam e quase 300 pessoas morreram; outras tantas perderam suas casas, pertences, trabalhos, memórias. Finalizo a tese em um período sombrio, especialmente para as universidades

1 O Espaço do Conhecimento UFMG foi inaugurado em 2010, em Belo Horizonte, como um espaço cultural, artístico e científico. A instituição integra o *Circuito Liberdade*, projeto do Governo do Estado de Minas Gerais para abrigar em um mesmo local – a Praça da Liberdade – diversos espaços culturais, criados e mantidos a partir de parcerias público-privadas. O Espaço do Conhecimento foi criado a partir de uma parceria entre o Governo do Estado e a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio de sua Diretoria de Ação Cultural, e, desde 2017, é patrocinado pela Unimed-BH através das Leis Federal e Estadual de Incentivo à Cultura. Disponível em: <<http://www.espacodoconhecimento.org.br/>>. Último acesso em 26 de fev. de 2019.

brasileiras (e sobretudo para as Ciências Humanas), com cortes de verba e perseguições políticas e ideológicas. Faço da minha pesquisa, então, um manifesto em defesa da educação pública gratuita e para todas e todos. A universalização do acesso à educação de qualidade é parte fundamental do caminho para a justiça social. É preciso ter força, esperança e muita luta.

Apresentação da tese

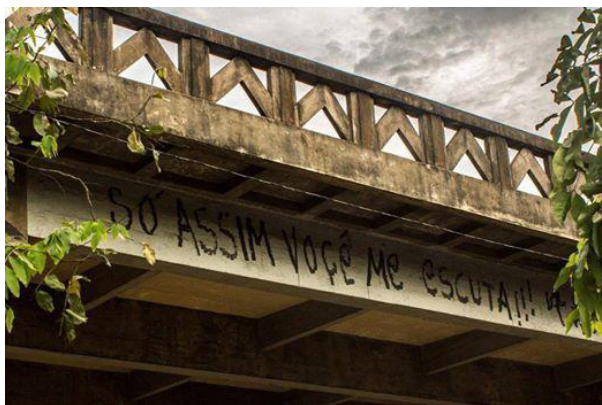


Figura 1: Pixação no Viaduto Santa Tereza, em 2014. (Fonte: Uninomade.net)

Só assim você me escuta: arranjos posicionais dissensuais do aparecimento público de pixadores no contexto do combate ao pixo em Belo Horizonte

Ana Karina de Carvalho Oliveira (Org.)

Com textos de:

Jean-Luc Pascal Moriceau

José Luiz Warren Jardim Gomes Braga

Laura Guimarães Corrêa

Marco Aurélio Máximo Prado

Defesa de Tese: 18/06/2019, 14h, PPGCOM, FAFICH-UFMG

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Notas pessoais sobre “como cheguei ao meu objeto de pesquisa”

“– Você é a Ana Karina do pixo?”

Ouvi essa pergunta ao ser apresentada à companheira de um colega da Universidade, no início de 2019. “Ana Karina do Pixo”, quase um sobrenome. Ela havia lido minha dissertação, o que já me causou surpresa e alegria (ao longo da vida acadêmica, me perguntei várias vezes se o que escrevo seria mesmo lido por alguém). Mas “Ana Karina do pixo” superou a reação que me levava a exclamar “fui lida”, pois senti como se houvesse formado com meu objeto de pesquisa uma identidade. Eu jamais fui pixadora, mas parece que me tornei, sim, de algum modo, “do pixo”. Não reivindico nenhum lugar dentro dessa cultura que não o de uma ávida observadora. Eu ando pela cidade escaneando com meu olhar os muros, viadutos, fachadas e topos dos prédios, observando as diversas marcas que se sobrepõem, dialogam e conflitam entre si. É esse o tema que protagoniza ou perpassa meus interesses como pesquisadora há mais de dez anos. Colegas e familiares me encaminham mensagens ou me marcam nas redes sociais quando veem qualquer notícia sobre pixação ou outras intervenções gráficas urbanas: “lembrei de você”.

Esta tese se configura, assim, não apenas como a análise de um objeto, mas como o relato de uma experiência na qual, de algum modo, me sinto envolvida. Tomo a liberdade assim, de escrever em primeira pessoa. Não é o modo como aprendi ou como costume escrever meus textos acadêmicos – e é grande meu estranhamento ao fazê-lo – mas, a partir de diálogos recentes em torno do tema dos afetos na pesquisa, feitos em grande medida com a participação do professor Jean-Luc Moriceau, concluímos (eu e minha orientadora) que seria um modo interessante de apresentar esta pesquisa. Afinal, não foi diante de uma vitrine de temas que optei por me dedicar ao estudo do aparecimento público de pixadores e das relações que eles estabelecem com a cidade, o poder público e outros sujeitos e elementos, mas, sim, a partir de uma construção que se deu permeada por minhas experiências acadêmicas e pessoais.

Era abril de 2014, eu estava no segundo ano do mestrado e pesquisava a conflituosa relação da pixação com o universo das artes (a partir de seis eventos envolvendo pixadores de São Paulo) quando fui a um debate, em Belo Horizonte, que tinha como proposta discutir o tema da pixação.

O evento intitulado *Café Controverso*²: *O que é pixo*³? trazia dois convidados para a conversa. Um era Tiago Fantini, então gerente do *Movimento Respeito por BH*⁴, que falava sobre o modo como a Prefeitura enxerga e tenta lidar com/combater o pixo na cidade. A segunda era Ludmilla Zago, pesquisadora e coordenadora da Frente Cultura de Rua, do programa de pesquisa *Cidade e Alteridade* da Faculdade de Direito da UFMG, que apresentava uma visão bem diferente, mostrando maior proximidade e diálogo com expressões e movimentos urbanos e contestando diversas ações do poder público em relação a esses contextos.

Assisti a tudo animada, tomando notas incessantemente, satisfeita por ter a oportunidade de ver dois especialistas debaterem diferentes aspectos do tema que move meus interesses de pesquisa. O debate foi, então, aberto para a participação do público, mas eu, por um traço de personalidade que não sei tratar-se de timidez ou apenas da necessidade de um tempo maior para encadear melhor as ideias, raramente consigo desenvolver e propor perguntas nesses contextos. Assim, continuei como espectadora pronta a ouvir as indagações e os comentários dos demais. Foi então que o cenário se mostrou muito mais complexo do que eu supunha até aquele momento.

Entre aqueles que levantavam as mãos para pedir a fala, alguns se identificaram como pixadores e compartilharam aspectos da vivência no pixo, modos de relação com a cidade e de compreendê-la, a origem na periferia e experiências com a polícia. Desse lugar apresentado por eles, esses sujeitos contestaram a fala e os dados apresentados por Tiago Fantini e questionaram o modo como a prefeitura trata os pixadores em Belo Horizonte, o uso da mídia para aumentar a intolerância da sociedade em relação à pixação, a ausência de diálogo, a atuação truculenta da polícia, as prisões de pixadores, o destino do dinheiro das multas aplicadas a eles.

2 O *Café Controverso* é um evento realizado periodicamente pelo Espaço UFMG do Conhecimento, com temas diversos de interesse público e contando sempre com dois debatedores. Disponível em: <<http://www.espacodoconhecimento.org.br/acontece/cafe-controverso/>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

3 O registro completo do evento está disponível em vídeo em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vT16nu062l4>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

4 O Movimento Respeito por BH foi criado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2010 como um órgão especializado no combate à pixação na cidade. Ele será abordado de maneira mais ampla no Capítulo 4.

O gerente do *Movimento Respeito por BH*, órgão público responsável por desenvolver ações que têm como objetivo erradicar o pixo na cidade, se viu impelido a justificar para os pixadores as ações da instituição que ele representava.

Saí eufórica do debate e com a certeza de que aquele evento havia me deixado ver apenas um pequeno pedaço de um contexto muito maior e mais complexo. Enquanto na pesquisa que eu realizava naquele momento havia uma questão sobre o reconhecimento da pixação como arte, em Belo Horizonte o conflito parecia passar por um lugar distinto e muito instigante.

Um mês depois, em maio de 2014 e ainda no contexto da pesquisa do mestrado, tive a oportunidade de entrevistar o pixador paulista Djan Ivson, um dos principais personagens do contexto sobre o qual eu então me debruçava. Djan veio a Belo Horizonte para participar do evento *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, realizado pelo programa *Cidade e Alteridade*, na Faculdade de Direito da UFMG. Fui ao primeiro dia do evento para encontrá-lo e entrevistá-lo e, mais uma vez, fui surpreendida. O ambiente do evento era mais informal que o primeiro, no pátio externo ao Centro Acadêmico da escola, com o público sentado no chão em tapetes e esteiras espalhados por ali. Dessa vez, havia pixadores entre os convidados do debate, junto a advogados e pesquisadores. Ao longo da conversa, outros pixadores presentes foram se identificando, pedindo a palavra ou improvisando rimas e trazendo aspectos da experiência em suas comunidades, da iniciação no pixo, da relação com o poder público.

Estar presente nesses dois eventos me afetou profundamente. Naqueles contextos, vinham sendo construídos e expressos entendimentos sobre o mundo, identidades e relações sociais em um intenso processo interacional e comunicacional. A partir do que testemunhei naquelas ocasiões, me senti provocada a voltar meu olhar, como pesquisadora do campo da Comunicação, para a pixação belo-horizontina, sua história e suas particularidades. Busquei por pesquisas e outras referências que me auxiliassem a ingressar nesse universo e descobri que Belo Horizonte possui um papel importante no cenário da pixação brasileira, com *galeras*⁵ que fizeram a

5 “Galera”, “bonde” e “crew” são alguns dos termos utilizados para designar os grupos de pixadores.

história da expressão. Entre elas, a *GBS (Geração Blue Sky)*, nome que faz menção ao bairro Céu Azul (Regional Pampulha), onde nasci e vivi por 28 anos. Lembrei de pessoas com as quais convivi na infância, principalmente por meio dos meus irmãos mais velhos, e que faziam parte da *GBS* nos anos 1990. Lembrei das *galeras* do meu tempo de escola, como a *DSC (Demônios Sinistros do Céu)*, da qual vários colegas faziam parte. Eu não tenho uma história na pixação, mas talvez esses aspectos da minha vivência tenham colaborado para fazê-la nascer para mim como objeto de pesquisa.

Já no doutorado e pesquisando o histórico do combate à pixação em Belo Horizonte, cheguei à primeira lei municipal que criminaliza a prática, publicada em 1991. É anterior, portanto, à lei federal de 2008. Três acontecimentos, contudo, marcam 2010 como um ano chave no que diz respeito ao combate à pixação na capital mineira: a publicação da Política Municipal Antipixação (Lei 10.059); a criação do *Movimento Respeito por BH*, com o intuito de “garantir o ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, através do cumprimento e efetiva aplicação da legislação vigente⁶”; e a primeira prisão de pixadores pelo crime de associação criminosa (popularmente conhecido como “formação de quadrilha”). Nesse caso, seis pixadores que ficaram conhecidos como *Os Piores de Belô* permaneceram encarcerados por 117 dias, e os processos se estenderam ainda por muito mais tempo.

Esse era, portanto, o pano de fundo das discussões travadas nos eventos que participei em 2014. Mas as ações do poder público nessa direção continuaram e, em maio de 2015, 17 pixadores supostamente ligados a um grupo conhecido como *Pixadores de Elite* foram detidos (sete foram presos e dez foram alvos de condução coercitiva, passando a ser monitorados por tornozeleiras eletrônicas). “GG”, líder do grupo, foi condenado a oito anos de prisão por pixar a Biblioteca Pública Municipal.

Nesse período, com a pesquisa em estado embrionário, estive presente em outros eventos em que pude acompanhar as discussões sobre a situação dos pixadores na cidade. Destaco quatro reuniões da *Real da Rua*⁷,

6 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1004674>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

7 O grupo *Real da Rua* foi formado em 2012 por uma parceria entre o coletivo *Familia de*

realizadas em agosto, setembro e outubro de 2015 e março de 2016, sempre embaixo do Viaduto Santa Tereza. Nessas reuniões, parecia haver sempre algo de imponderável. No encontro realizado no dia 11 de março de 2016, por exemplo, não havia luz na parte de baixo do Viaduto e a reunião foi realizada em total escuridão. A falta de eletricidade não era um problema incomum, segundo relatos de alguns participantes, e o uso de microfone e caixa amplificadora dependia da não coincidência da reunião com a realização de eventos na Serraria Souza Pinto, construção vizinha ao viaduto, para que se pudesse utilizar uma tomada do local. O ambiente como um todo era precário para a realização de uma conversa coletiva: todos sentados no chão, odores fortes e incômodos (os banheiros recém-reformados e mantidos fechados foram pauta constante das reuniões em que estive presente), grande circulação de pessoas e diversas fontes de som (lembrando que se trata de uma região no hipercentro, de grande movimento, e que as reuniões tinham início às 19h, horário de pico).

As reuniões contavam com a presença de públicos diversos, como grafiteiros, pixadores, representantes de grupos culturais, de órgãos da Prefeitura, pesquisadores e outras pessoas interessadas no debate. As condições e a infraestrutura do local; a falta de apoio aos coletivos que realizam suas práticas e eventos naquele espaço; o policiamento seletivo, arbitrário e truculento; o apagamento das expressões gráficas e a perseguição aos seus autores – todos esses assuntos eram pauta para as discussões, que sempre buscavam tornar possível o diálogo com o poder público e participar ativamente dos debates e processos decisórios que envolvem o Viaduto e seu entorno. Desse modo, a *Real da Rua* atualizou minha perspectiva ao inserir as discussões sobre a pixação e os pixadores em um cenário mais amplo de embate com o poder público sobre questões diversas que dizem respeito ao direito à cidade. Das quatro reuniões, duas fazem parte do *corpus* da pesquisa (as realizadas em 04 de setembro e em 16 de outubro de 2015) por terem como pautas assuntos mais diretamente ligados à pixação e ao grafite, contando, assim, com uma presença mais notável de pixadores nas discussões.

Rua e a ONG *Pacto* com o objetivo de ser um conselho formado por pessoas que ocupam e fazem uso do Viaduto Santa Tereza, entre adeptos do movimento *hip-hop*, do skate, do pixo, moradores de rua, estudantes, ambulantes e outros. O objetivo é participar ativamente dos debates e processos decisórios que envolvam o Viaduto e seu entorno. Disponível em: <<https://www.facebook.com/RealdaRua/info>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

Em março de 2016, mês da última reunião do grupo em que estive presente, uma pixação na Igreja da Pampulha voltou a movimentar as ações do poder público contra a prática e resultou na prisão do pixador Marú, que se apresentou voluntariamente à polícia e confessou ser autor das inscrições. O caso ganhou grande repercussão na mídia, gerou ações de solidariedade em relação ao patrimônio e criou demandas pela intensificação das medidas de enfrentamento à pixação na capital. Em maio daquele ano, Goma, que já havia sido preso no caso dos *Piores de Belô* e é um dos pixadores mais conhecidos de Belo Horizonte, foi acusado de envolvimento no caso da Igreja, teve os produtos de sua loja de materiais para grafite apreendidos pela polícia e foi mantido preso por oito meses.

O debate gerado a partir desse acontecimento resultou no evento *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, realizado pelo Espaço UFMG do Conhecimento e tendo como convidadas Michelle Arroyo, presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG, e Ludmilla Zago, presente na edição de 2014, referida anteriormente. Embora o nome do evento sugerisse uma abordagem mais ampla sobre arte urbana, a discussão se manteve centralizada no tema da pixação e em sua relação com o patrimônio. Mais uma vez, pixadores presentes pediram a fala, se apresentaram, contaram suas experiências e questionaram a relação do poder público com o pixo, especialmente sua reação desmedida quando comparada com outros danos ambientais⁸ que eles parecem considerar mais graves e permanentes, como a devastação da Serra do Curral pela mineração, citada como exemplo. Fiquei emocionada, como muitos outros presentes, com o relato do pixador S.⁹ sobre sua vida na periferia, permeada por opressões, forjamentos por parte da polícia para possibilitar flagrantes, humilhações. Ele perguntou se, parando de pixar, deixaria de ser oprimido. À força dessas presenças e desses depoimentos se somou a fala do pixador W., que afirmou que o pixo chama a atenção e se torna interessante para muitos pesquisadores, mas não

8 A pixação é instituída como crime pela Lei Federal de Crimes Ambientais, de 1998, que será abordada mais à frente.

9 Com exceção de casos em que os pixadores envolvidos tiveram seus nomes e/ou codinomes divulgados publicamente e que essa identificação, aqui, ajude a compreender o contexto de suas falas, eu os apresentarei de modo a preservar suas identidades, ainda que tenham se identificado nos eventos.

os pixadores. Desse evento, saí com a certeza de que minha escolha por observar os sujeitos (suas interações com outros atores, os modos como eles tematizam suas experiências, suas ações e seu modo de existir, em choque com as identidades que lhes são impostas a partir de uma relação direta entre marginalidade e crime), e não apenas as marcas, me levava a uma boa direção.

Em agosto de 2016, foi realizada, pelo Museu das Minas e do Metal Gerdau, a *Roda de Conversa Pixo e Patrimônio*, que contou com pixadores entre os muitos convidados a participarem do diálogo ali proposto. Naquele momento, suas falas me pareceram ainda mais combativas: protestos contra a prisão dos pixadores, especialmente a de Goma, considerada injusta e forjada; críticas ao modo como a periferia não é incluída no planejamento urbano; convocações para a ocupação dos espaços públicos e a participação ativa na vida da cidade; manifestações sobre a coragem dos pixadores presentes, em um contexto considerado de perseguição. Ali, tive a sensação de que, desde o primeiro evento no qual estive presente, há dois anos, a participação daqueles sujeitos vinha ganhando corpo e importância nesses debates.

As prisões dos pixadores geraram ainda várias manifestações pela cidade e pelas redes sociais na internet. Um protesto foi realizado no Centro de Belo Horizonte logo após a prisão de Goma¹⁰. Dois vídeos¹¹ que reúnem uma extensa e diversificada gama de depoimentos de apoio aos pixadores, especialmente a Goma, foram produzidos e circularam amplamente. O artista Eder Santos, na abertura de sua exposição “Estado de Sítio¹²”, em novembro de 2016, convidou o pixador e grafiteiro *Napo* para pintar tapumes colocados na fachada do Palácio das Artes, local da exposição. Ali, *Napo* pintou, além do nome da exposição, frases de solidarie-

10 Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/a-prisao-do-goma-foi-um-golpe-du-ro-na-cultura-do-pixo-em-bh>. Último acesso em 04 de mai. de 2019.

11 “Somos Todos Arte de Rua”, disponível em <<https://www.facebook.com/XsprayGraffiti/videos/1183110298401833/>>. Último acesso em 01 de dez. de 2017. E “Habeas Corpus”, disponível em <<https://www.facebook.com/pixolivre/videos/1301269189936463/>>. Último acesso em 03 de mai. de 2019.

12 Informações sobre a exposição disponíveis em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2016/11/22/noticias-artes-e-livros,197764/eder-santos-abre-exposicao-que-e-um-comentario-ao-brasil-atual.shtml>>. 03 de mai. de 2019.

dade e identificação com o caso dos pixadores presos. Para além daqueles tapumes, frases como “*Somos todos Piores de Belô*”, “*Libertem os Piores de Belô*”, “*Somos todos Goma*”, “*Liberdade PE*” (Pixadores de Elite) e “*PJL*” (Paz, Justiça, Liberdade) foram utilizadas em campanhas pela internet e nas redes sociais, estampando camisetas, faixas e muros, evidenciando a existência de um público mais amplo em torno da causa.

Ainda em 2016, em novembro, com a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) sobre o modo como os grafismos urbanos vinham sendo tratados pelo poder público em Belo Horizonte, acreditei ter a sorte de presenciar o momento de chegada do debate ao âmbito formal de discussões públicas. Entre os convidados, havia pesquisadores, professores, advogados e um “representante do movimento *hip hop*”, como foi identificado, e que assumiu já ter sido “escritor de rua”. Embora eu tenha reconhecido vários pixadores que participaram dos eventos anteriores em meio ao público presente, apenas um pediu a palavra, solicitando que as câmeras que registravam a audiência não filmassem seu rosto. No debate mais formal que acompanhei, realizado no espaço onde as leis são criadas, o protagonismo dos pixadores foi mínimo. Ao fim da sessão, houve a proposta de que um debate mais amplo fosse realizado naquele espaço em 2017, convocando mais deputados e representantes de outros órgãos, mas isso não chegou a acontecer. Decidi, então, que daria por encerradas minhas participações nesses eventos enquanto fontes de dados para a pesquisa. Os dados apresentados começavam a se repetir, Goma teve aprovado o pedido de *habeas corpus* em dezembro, e entendi que aquele momento representava um bom limite para o período a ser analisado.

Olhando para o conjunto de eventos, a presença, a autoidentificação, as falas dos pixadores e a definição de um lugar de fala sempre em relação àqueles que eles parecem entender como seus opressores (a polícia, a prefeitura, etc.) foram alguns dos aspectos que se destacaram para mim. Duas coisas, principalmente, me chamaram a atenção: primeiro, a coragem representada por esse processo de expor uma linguagem e um modo de vida diante, muitas vezes, de representantes do poder público que visa combatê-los; segundo, o fato de que a descriminalização da pixação não é uma reivindicação. Pelo contrário: as falas demonstram que o crime faz parte da experiência do pixo, o que me faz entender que os

pixadores desejam ser contados e considerados como interlocutores legítimos exatamente desse lugar da transgressão. Não se trata, portanto, de uma luta centrada em tornar a prática da pixação legal, mas em questionar os modos de repressão, como se os pixadores quisessem fazer parte das discussões que determinam como eles mesmos serão punidos. Para o advogado Fernando Nogueira, em fala no debate *Pixo é Direito*, o que os pixadores reivindicam é o direito à transgressão: que eles, conscientes de que infringem uma lei, sejam punidos como é previsto por ela, com os direitos individuais e humanos respeitados.

Assim, ao mesmo tempo em que o poder se organiza em torno do combate à pixação, enquadrando-a e aos seus autores pelo crime, pelo descaso com a cidade e a comunidade, pela pretensa ausência de contribuição para o desenvolvimento da comunidade, pixadores de Belo Horizonte surgem com outros modos de narrar a si mesmos e suas experiências. Através de seu aparecimento público e do ato de assumirem-se como pixadores, somando a esse diversos outros nomes (e lugares, funções, habilidades e capacidades), alguns desses sujeitos parecem tentar abrir a possibilidade de novas formas de entender o pixo e o que seria uma justiça capaz de reconhecê-lo. Então, é com base nesse processo que a pesquisa tem como objetivo montar dissensualmente a cena comunicacional e política do debate sobre o tratamento conferido à pixação pelo poder público de Belo Horizonte. Tal montagem tem como ponto de partida uma reflexão sobre o aparecimento público de pixadores e os diálogos/negociações que eles estabelecem com outros sujeitos nesses contextos, com atenção aos modos de sua inscrição e participação nos eventos e à disputa de sentidos e saberes sobre a pixação e sua relação com a cidade.

Os procedimentos realizados para o desenvolvimento da pesquisa e o modo de organização da tese são apresentados a seguir.

Organização e procedimentos: uma proposta dissensual de tese

[...] eu questiono muito a própria questão dos avanços nessa discussão, assim. Eu observo que pra estudo, pra várias coisas, o pixo é super interessante, mas a figura do pixador, não, ninguém quer saber do pixador. Mas o pixador não é simplesmente pixador, o pixador é o favelado, o pixador é o pobre. E que, se você observar, existem duas cidades: onde os ricos possuem e desfrutam das me-

Lhores coisas e os pobres, não. E é por isso que essas coisas acontecem assim. E eu questiono muito também, por exemplo, sobre essa questão de se discutir o pixo e se, por exemplo, eu tiver uma lata aqui na mochila e pixar essa parede branca, se eu vou ser também aceito a partir disso aí. Então, eu acho que isso é muito interessante, assim, entendeu? Vamos falar de pixo, vamos discutir isso tudo, mas eu acho que entre discurso e prática existe um abismo. É isso. (W., no *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, 2016)

A meu ver, a fala de W. sintetiza, de certa forma, alguns dos principais pontos que atravessam a construção desta pesquisa. Primeiro, porque ao fazer um trabalho sobre a pixação não me debruço especificamente sobre a materialidade do pixo, suas dinâmicas e modos de organização, seus códigos, mas tenho como núcleo a figura do pixador. Contudo, o que leva ao segundo ponto, não se trata da produção de um perfil ou do desvelamento do que se configuraria como uma identidade de pixador. A fala de W. faz ver sua capacidade de produzir entendimentos sobre o contexto em que ele vive e o lugar que ocupa nele, tal como de expressar tais entendimentos em público. O pixador expõe tanto conflitos e problemas que percebe em um contexto social mais amplo, como a existência de “duas cidades” social e economicamente distintas, quanto questões relacionadas àquele contexto específico em que está presente, como quando faz uma provocação em relação aos limites de um evento que se propõe a discutir o pixo.

Nesse contexto, quando ele afirma que “ninguém quer saber do pixador”, pois ele seria “o favelado”, “o pobre”, compreendo que há uma relação – apresentada por W. – que indica que é por ser supostamente pobre e favelado que o pixador não interessaria a ninguém. “Pobre” e “favelado” constituem, assim, certo regime de visibilidade (e de invisibilidade) que precede e, ao mesmo tempo, configura o regime sensível produzido pela própria pixação, pois já estabelece espacialidades e temporalidades a partir das quais esses sujeitos serão lidos socialmente. Pobre, favelado e pixador são nomes que dizem da inscrição desses sujeitos em uma ordem sensível que não os registra como seres falantes e sequer como vidas: em um processo de desumanização, eles não são socialmente percebidos como cidadãos, nem têm reconhecidas as capacidades que atestam

seu potencial de contribuir para a construção de um comum e que os legitimam como interlocutores válidos. A fala de W. questiona e desafia em ato essa inscrição.

Ponto de reflexão relacionado ao anterior, que alia o conteúdo da fala de W. com a própria ação de falar, é sua autoidentificação como pixador e sua tomada de palavra em um evento realizado dentro de uma instituição cultural e acadêmica (Espaço do Conhecimento UFMG), com a presença de representantes do poder público. Essa ação, ao mesmo tempo em que demarca de onde se fala, representa a assunção de um lugar de ilegalidade. Desse lugar, ele reivindica não só a participação naquele debate específico, mas na vida política da cidade. É nesse sentido, nessa reivindicação que parte dessa posição específica, que os pixadores ocupam o centro desta investigação.

Outro aspecto diz do processo de produção da pesquisa e se relaciona à perspectiva de um “método da igualdade”, como trabalhado por Jacques Rancière (2009b). Considerando a questão da igualdade das inteligências e capacidades, tomo a palavra dos pixadores como possuidora da mesma importância e da mesma legitimidade que aquelas que definem o conhecimento dos teóricos e pesquisadores aqui evocados, e entre os quais me incluo. Desse modo, o movimento com o qual inicio essa seção demonstra algo que permeia todo o processo da pesquisa: um caminho que parte da empiria, de observar os eventos que configuram meu objeto, de ouvir os sujeitos envolvidos para então buscar articulações teórico-metodológicas que aquele universo, junto com meu olhar para ele, me demanda. Ao longo desse percurso e no gesto de me colocar à escuta, algumas certezas que eu acreditava ter construído em minha trajetória de pesquisa foram se desfazendo e se tornando inúmeras dúvidas, que me fizeram perceber as imprecisões e lacunas das teorias que me conduziam e colocar em xeque as premissas, os modelos e as vozes autorizadas que me ofereciam a segurança de um roteiro familiar.

Embora os nove eventos em torno do cenário da pixação belo-horizontina possam ser tomados como objeto de observação e análise por quaisquer pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, a forma como eles aparecem para mim como um objeto e me colocam um problema de pesquisa está fundamentada no meu modo de olhar para aquela realidade. Esse olhar, continuamente construído ao longo de minha trajetória

na pesquisa, tende a se voltar aos potenciais políticos e comunicacionais relacionados às práticas de intervenção gráfica urbana, especificamente aos modos como tais práticas e os sujeitos que as produzem se inserem em uma dada ordem de partilha, incorporando-se a elas ou desestabilizando-as. Contudo, esse modo de olhar, em certa medida condicionado por minha formação, em contato com a linguagem e as estruturas orientadoras daquela realidade específica se torna aberto à dúvida, à oscilação e ao vacilo diante da escolha da forma como ele será relatado, que passará a fazer parte, assim, da sua existência.

A partir dessa perspectiva, meu objetivo é montar dissensualmente a cena comunicacional e política do debate sobre o tratamento conferido à pixação pelo poder público de Belo Horizonte. Entendo que essa montagem requer uma reflexão elaborada a partir do aparecimento público de pixadores e dos diálogos/negociações que eles estabelecem com outros sujeitos nesses contextos, com atenção aos modos de sua inscrição e participação nessa cena e à disputa de sentidos e saberes sobre a pixação e sua relação com a cidade.

O desejo, então, é o de que este trabalho seja um modo de colocar em circulação minhas palavras enquanto um entre os muitos seres falantes que constituem esse processo. E que seja não o texto sobre uma forma de conhecimento, mas justamente sobre os processos de produção de um conhecimento sempre inacabado, múltiplo, lacunar. Não é, contudo, um processo fácil, pois contradiz certo modo de fazer científico e acadêmico aprendido e assimilado durante minha trajetória de formação investigativa. Para Moriceau (2017), que apresenta a escrita como uma tradução que trai a espessura do pensamento, é preciso inventar novas escrituras que sejam capazes de produzir essas representações sem encerrar uma autoridade, mas se abrindo para linhas de fuga, para uma fabulação não mimética. Nesse sentido, o autor considera que “ao deixar entrar outros locutores antes não autorizados, ao misturar as hierarquias, inventando outros modos de expressão, a ordem unificada da representação pode dar lugar a outras formas de subjetividades e de humanidades” (MORICEAU, 2017, p. 213).

Assim, esta tese não segue uma organização tradicional e tenta escapar de um modelo analítico que visa a apreender o objeto de pesquisa a partir

da construção de um referencial teórico e de categorias analíticas determinadas. Com esse objetivo, faço a opção por apresentar primeiramente a metodologia da pesquisa, para, então, passar a um trabalho que busca articular empiria e teoria a partir de um arranjo disposicional dissensual (noção que introduzo a seguir) do debate sobre o tratamento conferido à pixação pelo poder público de Belo Horizonte.

Considero importante destacar que, ao contrário do que propõe certo modelo de produção acadêmica, em que a escolha de um objeto de pesquisa demanda a (ou responde à) construção de um marco teórico e de um conjunto de procedimentos que justifiquem, embasem e possibilitem a análise sistemática daquela materialidade ou contexto, o trabalho com a cena de dissenso não deve seguir esses pressupostos. Não se trata, sequer, de analisar uma realidade, mas quase que de inventar outra forma para uma realidade qualquer a partir de um modo de dispor os elementos que a constituem e de relacioná-los que não obedece a uma hierarquia, a uma classificação ou a uma designação funcional. A tese se organiza, assim, em dois principais momentos: o primeiro, de construção metodológica; o segundo, de trabalho com os dados da pesquisa.

No Capítulo 2, apresento a perspectiva de um método da igualdade a partir da “poética do conhecimento” de Rancière (2009b; 2014; 2018), que designa a operação dissensual que visa a libertar a linguagem de regimes, regras e relações determinadas, percebendo-a em sua capacidade para constituir realidades, mais do que apenas para analisá-las ou legitimá-las. Nesse sentido, e buscando sempre partir das questões que me foram (e continuam a ser) abertas pelo contato com a realidade que pesquiso, reflito sobre o desafio de produzir uma pesquisa acadêmica que não tenha como meta se configurar como uma verdade inarredável, mas que se configure como um entre os muitos processos possíveis de produção de conhecimento acerca daquele contexto. O desafio, então, é construir, com e na pesquisa, um espaço em que as vozes dos sujeitos que compõem a realidade que tomo como objeto de pesquisa não só não sejam sublimadas pela autoridade do discurso científico, mas que sejam reconhecidas como legítimas na construção desse saber. Nesse sentido, discuto, também, meu papel nesse processo. Enquanto pesquisadora, não atuo apenas como mediadora dessas vozes, mas reconheço e assumo meu protagonismo na função de montar essa cena dissensual através de seu relato pela escrita.

No Capítulo 3, continuando a construção da base metodológica, parto de uma aposta na articulação (cuidadosa e cautelosa) entre os conceitos de cena de dissenso, em Rancière (1996; 2009a; 2009b), e de dispositivo, em Foucault (1994), sobretudo a partir de sua apropriação por Braga (2001a; 2010b; 2011; 2012; 2018) para a formulação das noções de “dispositivos interacionais” e “arranjos disposicionais”. Tal articulação resulta na proposta de um “arranjo disposicional dissensual” como um método da igualdade que possibilite lançar um olhar sobre o potencial comunicacional e político da realidade observada, identificando os elementos que a configuram e as relações que eles estabelecem para, então, dispô-los dissensualmente, ignorando as determinações hierárquicas que definem o que, nesse cenário, deve ser tomado como importante e legítimo.

A partir daí, passo ao trabalho com os dados levantados a partir dos nove eventos de debate sobre o universo da pixação em Belo Horizonte. O período de acompanhamento dos debates compreende de abril de 2014 a novembro de 2016. Neste intervalo, estive presente em nove eventos, mas dois deles foram cortados do *corpus* por não se voltarem especificamente ao contexto da pixação. Dois outros, realizados ao longo do mesmo período, foram incluídos, ainda que eu não os tenha acompanhado pessoalmente, por serem considerados relevantes em sua contribuição para a montagem da cena proposta. Assim, os eventos que compõem o *corpus* da pesquisa são: *Café Controverso: O que é pixo?*, realizado em 12 de abril de 2014, no Espaço do Conhecimento UFMG; *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e direito*, em 16 e 17 de maio de 2014, na Faculdade de Direito da UFMG; reuniões da *Real da Rua*, em 04 de novembro e 16 de outubro de 2015, no baixio do Viaduto Santa Tereza; manifestação *Justiça só contra nós não é justiça, é ditadura*, em 05 de maio de 2016, com saída da Praça Raul Soares; *Café Controverso: Patrimônio e arte de rua*; em 21 de maio de 2016, no Espaço do Conhecimento UFMG; festa *Quadrilha do Pixo*, em 04 de junho de 2016, na sede municipal da Funarte; *Roda de Conversa Pixo e Patrimônio*, em 11 de agosto de 2016, na Praça Carlos Drummond de Andrade; e *Audiência pública sobre o tratamento público dos grafismos urbanos*, em 22 de novembro de 2016, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Todos eles se dedicaram a colocar em pauta o debate sobre a pixação em Belo Horizonte e contaram com a presença e a

participação de pixadores, mas foram realizados sob diferentes organizações e com diferentes formatos e propostas¹³.

Minha atuação nesses eventos não foi ativa, como já mencionei. Nos sete casos em que estive presente, observei, tomei notas, mas adotei uma posição de não interferência. Nesse sentido, também não utilizei câmeras ou gravadores que pudessem inibir ou modificar de qualquer forma os modos de participação daqueles sujeitos, especialmente considerando o caráter criminoso da atividade que, naqueles contextos, eles se assumiam como autores. Os registros foram, assim, feitos em um diário de campo e, na maioria dos eventos, inclusive os dois nos quais não estive presente, conto com registros totais ou parciais em vídeo, áudio ou outros formatos disponibilizados por organizadores ou participantes.

Além desses, outros materiais, ainda que não façam parte do *corpus* principal, cumprem o papel de me auxiliar na reconstituição descritiva dos eventos e na montagem dissensual da cena. A partir dos fatos que foram neles apresentados, realizei uma pesquisa exploratória sobre o histórico do combate à pixação em Belo Horizonte, que resultou em leis, portarias, documentos sobre a criação de órgãos públicos, projetos e editais. Realizei, também, um levantamento a partir dos mecanismos de busca dos sites de três jornais da capital¹⁴ (*Estado de Minas*; *Hoje em Dia*; *O Tempo*) com os termos “pichação” e “pichador”, com a finalidade de obter um panorama dessas medidas colocadas em ação e de como foram produzidos enquadramentos e narrativas a elas relacionados¹⁵. Esse banco

13 Em conversa, Ludmilla Zago me chamou a atenção para a importância de creditar ao Programa Cidade e Alteridade (<http://www.cidadeealteridade.com.br/>. Último acesso em 24 de jan. de 2019), da Faculdade de Direito da UFMG, especialmente à Frente de Cultura de Rua, as ações e debates sobre o tema da pixação em Belo Horizonte. A pesquisadora destacou que, no trabalho de etnografia e pesquisa ação desenvolvido pelo grupo, foram formadas diversas parcerias com sujeitos e grupos fundamentais para o estabelecimento, desenvolvimento e fomento a esse diálogo.

14 O levantamento foi realizado entre os dias 5 e 21 de junho de 2016 e retornou, ao todo, 312 notícias, divididas do seguinte modo entre os jornais: *Estado de Minas*: 79 registros, datados de dezembro de 2009 a maio de 2017; *Hoje em Dia*: 63 registros, datados de junho de 2012 a maio de 2017; *O Tempo*: 170 registros, datados de agosto de 2008 a abril de 2017. As notícias foram registradas em uma planilha contendo os seguintes campos: Tema Geral; Data de publicação; Data de acesso; Veículo; Caderno/Seção; Autoria; Título; Subtítulo; Link; Arquivo (todas as notícias foram salvas em PDF).

15 As notícias foram classificadas dentro dos seguintes temas, citados em ordem alfabética: Acidente com pixadores; Apelo a pixadores; Apoio e diálogo; Combate à pixação; Crimes

de dados formado pelo registro das notícias teve como função organizar e facilitar o acesso e a consulta a esses arquivos sempre que a apresentação de dados complementares sobre determinados acontecimentos ou situações mencionadas nos debates se mostrou relevante.

Além dessas matérias, foram encontrados outros materiais produzidos por diferentes sujeitos e organizações sobre o cenário da pixação belo-horizontina e os esforços por sua erradicação. Muitos deles trazem as vozes e perspectivas de pixadores, como é o caso dos depoimentos de Goma e Sadok¹⁶ sobre suas prisões no caso dos *Piores de Belô*, e dos vídeos “Somos Todos Arte de Rua”¹⁷ e “Habeas corpus”¹⁸, que reúnem os depoimentos de diversos sujeitos que contestam o tratamento dado pelo poder público de Belo Horizonte à pixação e defendem a liberdade dos pixadores GG, Goma, Marú e Morrou, que estavam presos em 2016. Esses materiais são tomados como fontes que ajudam a ampliar a compreensão sobre o contexto observado e auxiliam na montagem do histórico das ações de combate ao pixo, tal como de sua resistência. A mobilização de fontes e materiais diversos (imagens, textos, depoimentos, vídeos, etc.) e sua montagem fora de parâmetros causais procura realizar aquilo que Rancière (2009b; 2010a) propõe a partir da “poética do conhecimento”, questionando uma leitura consensual que constantemente torna determinados objetos invisíveis e indisponíveis ao pensamento. Nesse sentido, viso igualar a importância de tais materiais em seu potencial para atuar na expressão de saberes e na construção de sentidos sobre o universo da pixação e sua relação com a cidade e o poder público.

A partir das questões que me foram abertas, sobretudo, a partir do trabalho com a poética do conhecimento e com os arranjos disposicio-

contra pixadores; Flagrante e detenção; Goma; Grafite e arte urbana; Limpeza e reparos; Movimento Respeito por BH; Operação BH Limpa; Operação Cidade Limpa; Operação Impacto BH; Operação Limpa BH; Pichação Perfeitaísmo; Pichações de cunho político; Pirulito da Praça Sete; Pixação 1691; Pixação Cristo Barreiro; Pixação Igreja da Pampulha; Outras pichações em patrimônio; Pixadores de Elite; Pixadores paulistas em BH; Prisão Piores de Belô.

16 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Vn_A2FR1wc&t=1s>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

17 Disponível em: <<https://www.facebook.com/XsprayGraffiti/videos/1183110298401833/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

18 Disponível em: <<https://www.facebook.com/pixelivre/videos/1301269189936463/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

nais¹⁹, passei a compreender que há pelo menos dois modos (complementares, mas acredito que não interdependentes) pelos quais uma ordem policial pode ser perturbada pela produção de uma cena de dissenso: 1) pela ação dos sujeitos que questionam em ato a contagem policial das partes e desafiam os lugares e funções atribuídos a determinados nomes; 2) pelo trabalho intelectual ou artístico de relatar dissensualmente, a partir de uma descrição fabuladora, essa ação. Nesse sentido, entendi que o que vinha fazendo até então não só se detinha no primeiro modo como culminava em uma categorização do dissenso a partir de uma análise consensual daqueles acontecimentos²⁰. Assim, reorganizei meu trabalho a fim de assumir meu lugar na montagem dissensual da cena do debate sobre o cenário da pixação em Belo Horizonte, não para produzir representações distanciadas e pretensamente assépticas dessa realidade, como advertem Braga (2016) e Moriceau (2017), mas para buscar produzir um relato dissensual, poroso e fabulador a partir do contato com ela.

É também nesse lugar que me aproprio do conceito foucaultiano de dispositivo, especificamente por meio da noção de arranjos disposicionais, em Braga (2018), e sigo aquilo que o autor propõe: que o conceito não seja nem tomado como uma teoria pronta, nem para a análise de dispositivos prontos, mas a partir de seu potencial heurístico como uma perspectiva epistemológica. Minha proposição, assim, é considerar que, metodologicamente, um arranjo disposicional não faz referência apenas ao modo como determinados elementos se relacionam tentativamente na constituição de um dispositivo, mas também ao trabalho do pesquisador, à sua poética, que é quem produz, de certa forma, esse arranjo a partir da

19 Destaco aqui, também, a importância que dois cursos ministrados pela professora Ângela Marques e pelo professor Marco Aurélio Prado tiveram nessa mudança de perspectiva. Foram eles: *Diálogos e dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière*, em novembro e dezembro de 2017, e *Diálogos entre os pensamentos de Jacques Rancière e Judith Butler*, no segundo semestre de 2018. Agradeço a ambos e aos colegas pelas ricas e provocadoras discussões que ali foram produzidas.

20 Foi só a partir dessa virada que compreendi a fala do professor Fernando Gonçalves do Nascimento, durante sua arguição na banca de defesa da minha dissertação, em março de 2015, ao apontar que eu deveria ter sido “mais dissensual” em minha análise e ter assumido a cena de dissenso como método ao invés de buscar analisá-la a partir de categorias pré-determinadas. Agradeço a ele por ter me provocado nesse sentido.

seleção dos “elementos fortes” ou das “singularidades” que serão exploradas. Ainda que não se proponha que esse arranjo seja considerado como único, final ou superior, a escolha de uma determinada singularidade, qualquer que seja, vai possibilitar o estabelecimento de determinadas relações e a produção de determinados entendimentos, que não são fechados, mas que são tornados possíveis a partir dessa escolha. Desse modo, na articulação com o conceito de cena de dissenso, também tomado em sua dimensão metodológica, proponho a adição do termo “dissensual” à formulação de Braga: “arranjo disposicional dissensual”.

O trabalho com os dados se dá da seguinte maneira: no Capítulo 4, produzo uma reconstituição descritiva desses eventos, entendendo-os como dispositivos interacionais (BRAGA, 2010a; 2011; 2012; 2018), ou seja, como matrizes ou padrões interacionais que são construídos historicamente e acionados contextualmente pelos sujeitos em uma interação. Nesse sentido, observo nos eventos, principalmente: quando, onde e por quem eles foram realizados; quais os formatos de interação propostos; que presenças se destacaram – quem são essas pessoas, que papéis lhes eram atribuídos naquele contexto, como se deram as participações, etc. Além disso, observo os aspectos formais de cada evento, a composição gráfica dos materiais de divulgação, as dinâmicas propostas, etc., visando a tornar possíveis as inferências (BRAGA, 2010b; 2016) sobre o modo como esses aspectos também atuam na configuração daquela realidade. Busco, assim, criar um terreno comum de observação dos eventos que me permite considerar tanto as regularidades que surgem naqueles dispositivos quanto suas particularidades.

Tenho também como base, nessa etapa, alguns dos procedimentos que, para Moriceau (2017), podem configurar um modo performativo e dinâmico de produzir representações, que recusa o modo autoritário visto anteriormente. Um desses movimentos seria a produção de uma aproximação com o real a partir de uma descrição mais literal e bruta da realidade observada – fotos, depoimentos, descrições do contato com o campo e do modo como ele me afetou – procurando recriar algo daquela experiência. É, mais que a descrição de uma realidade, a *descrição do meu contato com aquela realidade e dos afetos por ela despertados*. Outro movimento é produzir uma representação que se refira não apenas à realidade estu-

dada, mas que se abra para diversas outras referências e representações, mantendo o texto aberto a produções de sentido diversas, “tornando-se fonte de futuras e diferentes reflexões e por vezes mais capaz de refletir a complexidade, o equívoco e a riqueza dos terrenos e campos pesquisados” (MORICEAU, 2017, p. 217). Nesse processo, eu, como pesquisadora, assumo minha presença e minha ação sobre aquela realidade, me retirando de um lugar de autoridade máxima e buscando abrir espaço para que os sujeitos pesquisados também participem da produção do relato da realidade da qual fazem parte, tal como para que os leitores possam participar do processo de construção dessa representação a partir das possibilidades abertas, mas não encerradas, pelo texto.

É também a partir desse arranjo que se torna possível observar a singularidade dos contextos de aparecimento e participação dos pixadores. É o trabalho que desenvolvo no Capítulo 5, em que faço uma contextualização e uma discussão teórica, principalmente a partir de Arendt (2000; 2007) e Butler (2018), sobre o aparecimento público dos pixadores e sua eleição como singularidade para, então, apresentar os procedimentos que constituíram o trabalho de desmontagem dos dispositivos interacionais dos eventos para a (re)montagem dissensual da cena do debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte.

No Capítulo 6, monto dissensualmente a cena do debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte, me orientando pelos temas levantados a partir das expressões dos pixadores e as colocando em diálogo com conceitos teóricos, textos legais, acontecimentos, etc. É, assim, a singularidade do aparecimento público dos pixadores em eventos para o debate sobre a situação da pixação em Belo Horizonte que conduz o relato, me permitindo avançar e retroceder nos eventos e temas que constituem o *corpus* e também fora deles, naquilo que o trabalho de montagem aponta para outros elementos e contextos. Assim também se dá a convocação de teorias e conceitos: a partir do que surge da cena, como forma de diálogo (polêmico) e não de interpretação, análise, explicação. O percurso faz uma apresentação das formas de combate às escritas urbanas na história, até chegar ao contexto atual de Belo Horizonte. Em seguida, abordo a contestação da classificação da pixação como crime ambiental; a utilização do grafite como antídoto contra o pixo; a particularidade da gestão de Márcio

Lacerda na Prefeitura de Belo Horizonte (2009-2012; 2013-2016), seu ideal organizacional de cidade e o modo como essa visão fundamenta a intensificação das ações de combate ao pixo; e o processo de inflação legal que culminou nas prisões de pixadores a partir do enquadramento em outras leis que não aquelas que dispõem sobre a prática.

Considero importante destacar que a cena de dissenso não significa a abolição das relações de poder, mas que ela ignora, contesta e subverte o modo como elas atuam, tal como as hierarquias que elas estabelecem. Um método da cena de dissenso vai partir de outros lugares que não aqueles dispostos hierarquicamente, vai eleger singularidades que uma ordem policial consideraria insignificantes. Mas é claro que ali, mesmo entre os incontados que se fazem ver e ouvir a partir de sua inscrição política e dissensual em cenas que não os consideravam seres falantes, há relações de poder. Se eu procurasse realizar uma análise consensual dos eventos de debate sobre a pixação, poderia buscar justamente por essas relações: quem são esses pixadores que aparecem e falam nesses eventos; quais são as vias que os levaram a ocupar aqueles lugares; por que são aqueles e não outros pixadores (percebendo que há uma recorrência entre aqueles que comparecem e participam dos eventos); qual o papel dos outros sujeitos – pesquisadores, advogados, militantes – na configuração dessas cenas; como se dá a dinâmica das falas e dos temas, quem pauta as discussões, etc.? Não é nisso, contudo, que estou interessada neste momento. Meu trabalho é menos o de investigar como e por que aqueles eventos acontecem e por que alguns pixadores participam deles, e mais o de tomar a cena desse aparecimento como uma realidade, dispô-la de forma dissensual e observar o que essa disposição permite ver.

Nesse processo, produzo um relato dissensual sobre a cena de debate sobre a pixação em Belo Horizonte, recusando um modo de narrar a prática a partir do desejo recorrente e insistente em identificar suas causas e motivações, de decifrá-la e interpretá-la. Sob esse viés, não são apenas os eventos que se configuram como cenas de dissenso, mas também a própria tese, a partir do trabalho de desmontagem e remontagem dissensual desses dispositivos interacionais e da própria organização textual, que busca romper (nem sempre com sucesso) com esquemas tradicionais que reforçam o lugar do pesquisador como uma autoridade. Assumo esse

processo como tentativo, como Braga (2012) considera o próprio processo de pesquisa no campo da Comunicação.

No Capítulo 7, apresento as considerações finais, com as reflexões sobre o fazer da pesquisa e apontamentos para possíveis novas investigações.

Destaco que, ao longo da pesquisa, a questão metodológica foi se configurando como central, com os desafios de articular o método da igualdade, os arranjos disposicionais e a cena de dissenso. Minha pesquisa foi atravessada, o tempo todo, pela questão sobre o que significa e como utilizar um método da igualdade e sobre como ele pode ser trabalhado no “desentranhamento do comunicacional” de um dado contexto, como propõe Braga (2016). Assim, cheguei à formulação da proposta metodológica dos “arranjos disposicionais dissensuais”. Embora construída no contexto particular da observação do debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte, acredito que o método demonstra potencial para contribuir com outros estudos que busquem trabalhar com o aporte teórico rancieiro na observação de fenômenos comunicacionais.

Para Rancière, a política, ao introduzir no pretense consenso instaurado pela ordem policial um conflito sobre a legitimidade de uns para participarem do comum em detrimento de outros, irrompe e faz ver as falhas na contagem das partes da sociedade. Não se trata de um conflito de interesses, mas de um desentendimento sobre o que constitui uma comunidade, sobre as partes e a própria operação que as estabelece. Esse conflito em torno não só de quem pode falar mas, também, sobre o que se configura como objeto digno de conhecimento e as maneiras corretas ou desejáveis de expressá-lo remete aos procedimentos de exclusão do discurso abordados por Foucault (2005), mas também àquilo que o autor identifica como “reviravoltas de saber” ou uma “insurreição dos ‘saberes sujeitados’”. Tratam-se de saberes que seriam “desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” (FOUCAULT, 2005, p.12). Entre esses saberes sujeitados, o autor destaca aqueles advindos de indivíduos considerados incapazes ou, ao menos, inaptos para a produção de um saber. Contudo, junto com uma crítica aos modos de construção, seleção e circulação do conhecimento, que começa a aparecer, segundo Foucault (2005), na segunda metade do século XX, esses saberes se insurgem e se fazem ver em toda sua historicidade.

Pode-se afirmar que há a constituição de saberes próprios à pixação, que passam pelo conhecimento da cidade e de seus caminhos; a invenção de novos trajetos, modos de circular e de se fazer presente; o aprendizado de diferentes estilos, a criação de um estilo próprio e o jogo que se faz a partir de seus potenciais e restrições; a apropriação de técnicas de pintura e a invenção de novos aparatos; os desvios e burlas dos aparatos de segurança; o jogo entre legível e ilegível. Nada disso se faz ao acaso; pelo contrário, deixa ver um investimento no aprimoramento dos modos de fazer. Há aí, também, um questionamento sobre lugares e modos de fazer estabelecidos.

Nesse sentido, a pixação pode ser vista como um saber insurrecto. Por isso, busco tornar possível, no espaço da tese, a criação de uma cena em que os pixadores aparecem como seres dotados de fala e capacidade política, e não apenas como sujeitos de um objeto de pesquisa. Isso não significa dar voz, mas, como pesquisadora, dispor a cena de forma que essas vozes apareçam de modo não hierárquico em relação às outras vozes que constituem a pesquisa, como as de autores, especialistas e a minha própria. As escolhas feitas aqui visaram a dar conta da abordagem da relação desses sujeitos com o contexto de intensificação das ações de combate à prática. No entanto, várias possibilidades de trabalho se abrem a partir daqui, como a questão da representação de pixadores na mídia belo-horizontina; a atuação das pixadoras, minoria nos eventos, nesse universo; um investimento na compreensão dos saberes dos pixadores como constituidores de uma episteme própria, entre outros horizontes possíveis.

CAPÍTULO 1

Uma pixação no muro do conhecimento

JEAN-LUC MORICEAU

Gostaria de iniciar dizendo que esta tese é uma pixação sobre o modo tradicional de fazer pesquisa. O gesto de construção do trabalho, em vez de tomar uma teoria, aplicá-la a um campo e fingir conhecer melhor o “objeto” estudado que por outros é deixado de lado. Em vez disso, você constrói seu método de pensar, de ouvir, de aprender e de fazer uma cena dissensual, de mostrar os vários aspectos dessa cena. Voltarei a esse comentário mais adiante.

Trata-se, então, de uma tese de ótima qualidade, que foi produzida em um momento de grandes tensões e conflitos no Brasil e nas universidades brasileiras: um momento em que um dos objetivos do governo parece ser o de acabar com a pesquisa em ciências sociais. Isso sim é que pode ser nomeado de crime, muito mais do que a pixação.

Você trabalha a noção de arranjos disposicionais a partir de José Luiz Braga, articulando-o com autores cujo pensamento é de grande complexidade, como Foucault, Rancière, Butler e Deleuze, mantendo suas diferenças e acentuando suas interseções e complementaridades para produzir uma construção original, um edifício sólido e relevante. Gosto especialmente da forma como você se apropria e dialoga com Foucault para analisar a

imposição de poder sobre os pixadores e, ao mesmo tempo, de como você chama Rancièrre para mostrar como essa polícia pode ser abalada, descontinuada, fissurada.

Um outro aspecto muito relevante do trabalho é o equilíbrio que você confere entre o ato de “dar a voz” àqueles que pedem e a quem ela é constantemente negada e o gesto de trazer a palavra original dos pixadores para o mundo acadêmico. Não se trata aqui de uma autoridade que vai ceder o espaço para sujeitos marginalizados falarem, mas da criação de um lugar na escrita para que eles mesmos possam se expressar. A escritura produz o encontro de pensamentos e de formas de viver e conhecer o mundo. Você inventa, assim, um estilo próprio, uma poética do conhecimento, um diálogo polêmico para reconstruir um mundo comum, para produzir efeitos e, ao mesmo tempo, não impor uma voz acima das outras, facilitando a apresentação de várias outras vozes.

A perspectiva dos afetos te permite olhar para enunciações que ninguém vê, uma vez que ninguém quer saber do sujeito pixador, privilegiando a condenação ao pixo. Eles possuem uma paixão, uma vontade de justiça que não se esgota nas punições e ameaças do poder público. Eles não negam para si mesmos o estatuto de sujeitos que agem contra regras, mas reivindicam respeito e dignidade. Você partiu desse enigma, do fato de que eles não demandam a descriminalização do pixo (afinal, faz parte da experiência dos pixadores essa ação que desafia a lei), mas requerem uma outra compreensão do mundo, uma outra visão sobre suas práticas, uma escuta para outras vozes que são silenciadas pela punição, pela violência das ruas e do encarceramento, pela morte. Há um desejo de consideração, de curiosidade acerca do modo como os pixadores conseguem sobreviver na cidade, tornando-a palco de experimentações, enunciações e registros que são como restos, vestígios e traços de vidas que frequentemente são apontadas como descartáveis, como obstáculos a um pretenso “bem comum” legitimado.

Gostaria de destacar que podemos perceber como você mantém um grande controle da teoria utilizada, o que resulta na construção de uma voz e de um método singulares. Observamos na tese o nascimento de uma autora, produzindo uma tese que faz sentido, que atua e age onde os conceitos são “tomadas de palavra”, e demonstrando uma segurança no fato de que aquilo que a tese faz é abrir possibilidades outras de produzir

conhecimento pela igualdade. Enfim, suas decisões, escolhas, gestos teóricos e metodológicos resultam em um terreno muito interessante, original, respeitoso e vivo.

Dito isso, eu teria três questões para te apresentar. A primeira delas tem a ver com uma discordância: fazer ciência não é só apresentar um percurso metodológico original. Não concordo que a principal contribuição da tese para o campo da Comunicação seja apenas o método construído (e aqui vou deixar para o próprio Braga comentar acerca dos dispositivos interacionais). Como afirmei antes, esta tese é uma pixação no muro do conhecimento. Você nos apresenta uma escrita, uma assinatura colocada bem no alto desse muro para produzir uma reapropriação do conhecimento, para destruir a ideia de que há um muro, em vez de vozes que tentam entender e muitas vezes discordam das forças que atuam sobre a cidade, sobre os corpos, sobre as vidas. As produções dos pixadores têm efeitos sobre os estilos de vida e, de outro lado, há uma avaliação e julgamento constante de seus estilos de vida (o que nos lembra que há sempre alguém que define o que é bom, necessário, justo: o que vale menos e o que vale mais e deve ser preservado).

Sabemos que as desigualdades não podem simplesmente desaparecer de nossa sociedade: alguns não têm as mesmas oportunidades de falar, de serem escutados e de se tornarem legíveis para os outros diante dos quais demandam reconhecimento. Ao mesmo tempo, o conhecimento acadêmico está dividido em porções e segmentos que limitam e controlam as agências dos sujeitos. Nesse sentido, muito da descrição do efeito do dispositivo se arranja em torno da possibilidade de os pixadores tomarem a palavra: uma outra possibilidade de fala, já que eles nem sempre podem falar pelo pixo. Os nove encontros relatados, as pixações e os ambientes nos quais as reuniões se davam podem oferecer uma oportunidade única de produzir reflexividade acerca dos arranjos disposicionais dissensuais encontrados.

Sob esse aspecto, a primeira questão que gostaria de fazer é: Como esse método singular, que nos mostrou que os pixadores não são pretexto para produzir teorias, nos ajuda a compreender o mundo desses sujeitos? Quais as consequências ético-políticas desse gesto, do percurso empreendido por esta tese? Você acha que esse lugar reflexivo que foi construído em sua tese é um lugar bom para os pixadores? O que ele traz de volta para eles?

Uma segunda questão refere-se à relação entre teoria e método. Eles não são pólos separados e nem podem ser concebidos como momentos diferentes em uma pesquisa. O método é teoria, o método é ético e é político também. Gosto do modo como você vai sinalizando as bricolagens que inventou para costurar eticamente as diferentes vozes e materiais que compõem a cena dissensual da pixação em Belo Horizonte. Por isso, gostaria de te ouvir mais acerca de como sua poética do conhecimento conseguiu produzir tais articulações.

Por fim, uma terceira e última questão está ligada à pixação como escrita e assinatura que conectam o individual e o coletivo, a política e a ética. A pixação é um lugar de fala e que fala. Lembrando que o lugar de fala não se refere a uma posição identitária, mas às múltiplas condições que resultam nas desigualdades que localizam diferentemente os sujeitos e grupos em escalas de vulnerabilidade e exposição à agressão e à morte. Na composição do lugar de fala importam as articulações que percebemos entre as experiências singulares e as condições históricas e sociais que reproduzem essas escalas condenatórias de julgamento moral. Assim, é preciso desenvolver uma consciência discursiva sobre o lugar social ocupado e designado a sujeitos individuais e coletivos. Sob esse aspecto, falar não é somente emitir palavras, mas sobretudo refutar as narrativas tradicionais (legitimadas e naturalizadas) e a hierarquização de saberes, desterritorializando o discurso autorizado e único.

A pixação é um estilo, um modo de vida e de resistência, um jeito de existir: os pixadores querem, ao mesmo tempo, serem reconhecidos como pixadores e como mais que isso. Mas a pixação é mesmo uma forma de crítica, de dissenso ou de afirmação de um outro modo de viver, ou ainda de não morrer? Para você a pixação é mais um “sim” do que um “não”? Mais um gesto “a favor de” ou “contra”? Quando estamos lidando com a proposição de um outro modo de vida, é importante considerar a ressignificação dos espaços de existência, mais do que tensionar entre duas dimensões sempre presentes.

É isso também que diferencia as reflexões de Michel Foucault e Jacques Rancière (este alinhado com Butler e Deleuze). Talvez também seja essa a diferença entre o primeiro e o último Foucault que nos disse que o mais importante é buscar sempre “ser outro do que se é”, ou seja, um sujeito deslocado, transformado. Não ser mais sujeito como se foi até agora,

sujeito em relação a um poder político, a uma normatividade restritiva, mas sujeito de um saber, sujeito de uma experiência. Talvez os pixadores se arrisquem em seus atos e também em não ser mais aqueles que a identidade imposta dizem que são, insurgindo-se contra uma posição de sujeito fixada por outros. A recusa deles é, ao mesmo tempo, afirmação e resistência através das quais eles redefinem a si mesmos e aprendem a confiar na própria experiência, nos saberes e fazeres que inventam nos riscos do pixo e dos enfrentamentos com o poder público.

Não é esse o maior escândalo da pixação?

CAPÍTULO 2

Tensões e arranjos interacionais na cena do pixo

JOSÉ LUIZ BRAGA

Preliminarmente, quero agradecer o convite para participar desta banca de arguição: uma atividade em comum com colegas que admiro. Um segundo motivo é a qualidade da tese – com muita competência reflexiva, redacional, rigor, seriedade, consistência e envolvimento com seu tema. Um terceiro motivo de satisfação é ver duas ou três proposições minhas serem trabalhadas com acuidade e pertinência pela doutoranda.

O processo de arguição não é coisa simples. As palavras “arguição e defesa” estimulam ênfase diferencial entre participantes e sublinham o aspecto julgamento. Conforme as especificidades do episódio, podemos fazer reflexões em que o próprio dispositivo “arguição” seja refletido, para mostrar mais que julgamento.

Ana Karina estava na Compós de 2018, e acompanhou os debates do GT de Epistemologia. Sabe que cada texto pode receber objeções – para todos os efeitos, como um debate entre iguais, o que viabiliza comentários e objeções mútuas. É nesse sentido de debate entre iguais que vou comentar.

Claro que há um processo de avaliação. Minha percepção é que se trata de uma tese nota dez. Ainda que dizer isso desde já estrague o

suspense – viabiliza que eu possa efetivamente fazer críticas sem um perfil de cobrança. Vou fazer comentários organizados em dois ângulos: sobre aspectos teórico-metodológicos; e sobre a situação observada.

Sobre aspectos teórico-metodológicos

a) Primeiro, abordarei visadas e perspectivas de pesquisa

Na p. 10, você diz que tomará a liberdade de escrever na primeira pessoa. Você tem meu total acordo. Diferente de “marca de subjetividade”, isso implica uma caracterização objetiva – pois torna clara a identificação de um ponto de vista como sendo um ponto de vista.

Na página 61 você vai reiterar uma decisão de “*desenho invertido de pesquisa, em que a empiria precede o desenho teórico-metodológico*”. É fácil, para mim, concordar com esse desenho – que só apareceria como processo inverso por quem desse preferência radical por um *a priori* teórico. Em minha tese de doutorado, há mais de trinta anos, na França, o capítulo teórico-metodológico aparece no final da tese – após as conclusões. Expliquei, no início do texto, porque assim o fazia. O desenho foi aprovado sem dificuldade pelos participantes da banca. Como seria possível discordar, hoje, de sua decisão?

Na p.18 – sobre modelos de produção acadêmica; a tese observa

Considero importante destacar que, ao contrário do que propõe certo modelo de produção acadêmica, em que a escolha de um objeto de pesquisa demanda a (ou responde à) *construção de um marco teórico e de um conjunto de procedimentos que justifiquem, embasem e possibilitem a análise sistemática* daquela materialidade ou contexto, o trabalho com a cena de dissenso não deve seguir esses pressupostos.

E na p. 22:

Assim também se dá a convocação de teorias e conceitos: a partir do que surge da cena, como forma de diálogo (polêmico) e não de interpretação, análise, explicação.

Justamente: Os estudos de comunicação pedem perspectivas êmicas. Isso implica apreender – no processo interacional geral – as diferentes lógicas dos diversos participantes. E perceber as relações contextuais dos

episódios que compõem as interações.

b) *Ainda sobre os aspectos teórico-metodológicos quero comentar rapidamente referências feitas na tese a proposições minhas*

Observo que, de um modo geral, me senti muito bem tratado nos dois itens em que aborda mais detidamente minhas proposições – O 3.1 e um pouco do 3.2.

Há porém, na p. 48, um pequeno detalhe, em que talvez eu não me sinta exatamente entendido. Você destaca uma citação em que eu valorizo “descobrir as *lógicas internas e históricas* do arranjo elaborado”. E infere que aí “residiria o potencial heurístico do conceito: *sua aptidão para a generalização a partir do desentranhamento do comunicacional*” (grifei).

Faz, então, um contraste com Rancière – este “expressa que seu método visa ser capaz de olhar para o singular e relacioná-lo a um contexto mais amplo do qual faz parte, *mas jamais generalizá-lo*” (grifei).

Entretanto, minha posição não implica generalizar o que se afirma do singular para outros casos. A especificidade do caso permanece no caso estudado. Mas sim, do ponto de vista do desentranhamento do conhecimento comunicacional, assumo desenvolver generalizações teórico-metodológicas para observação de outros singulares. Robert Yin chama isso de “generalização para a teoria”; eu diria antes que fazemos a generalização do modo de abordagem, *da heurística*, que aprende com o caso estudado e desenvolve a acuidade de sua abordagem para o exame de outros casos (permitindo descobrir, nestes, suas próprias especificidades).

Outro ângulo se refere às hipóteses norteadoras. Você “marca certa distância” (p. 61) do que proponho em relação a uma observação empírica – quando afirmo que “as hipóteses norteadoras sobre os ângulos preferenciais dos objetos é que dirigem a decisão sobre o que observar no observável”.

E contrapõe na p. 62:

Minha proposta é de que se trata de uma observação em duas (ou mais) etapas: primeiro, a exposição ao objeto. Depois, o trabalho com ele a partir das perguntas que a primeira etapa despertou”.

Talvez possamos negociar um acordo se eu informar que as hipóteses norteadoras (e as perguntas), além de serem elaboradas a partir de pré-observações do objeto, vão se modificando em andamento. *Essa, aliás*

uma tese que defendo para o trabalho de pesquisa: o que queremos fazer com nossas hipóteses iniciais é aperfeiçoá-las ou substituí-las (e não as confirmar ou infirmar, como habitualmente se argumenta).

Outra questão é a do “código insuficiente”. Quando você diz que: “segundo Braga, importa perceber, ainda, que a linguagem enquanto código preestabelecido *não é, muitas vezes, suficiente* para aquilo que as interações demandam” (p. 57, grifei) ... eu diria que o código – sempre necessário – *nunca é suficiente* – mesmo quando os códigos funcionam bem!

Minha perspectiva comunicacional propõe que o processo comunicacional pede, necessariamente, dois componentes mínimos: códigos (plurais) que são todos os elementos já compartilhados entre os participantes de uma interação; e um trabalho inferencial, de ajuste dos códigos com as especificidades do episódio; e dos diversos códigos entre si – pois, com a natureza plural e diversificada dos aspectos compartilhados, estes não são coplanares nem pré-ajustados, é a situação que deve organizá-los. Assim, a pura linguagem não é mesmo suficiente – seus sentidos “de dicionário” devem ser ajustados às especificidades da interação e dos demais compartilhamentos.

Observo, enfim, que aprecio o trabalho crítico que você exerce. Minha percepção, aqui, é próxima do que vejo nos GTs da Compós: nossos textos são relatados criticamente pelos colegas, no debate – e devemos nos defender. A importância do debate é que as reflexões se tornam mais agudas. Uma perspectiva de epistemologia evolucionária (Popper, Piaget, entre outros) mostra que é assim, principalmente, que o conhecimento avança, de modo incremental. Embora eu tenha aqui me defendido de algumas interpretações suas, sublinho que também essa necessidade é um ponto positivo da tese, e que me agradeu encontrar.

c) Finalmente, uma última questão teórico-metodológica refere-se a questões da conjunção Rancière/Braga

Na p. 53 – você assinala que, na lógica de Rancière

o dispositivo seria correlato não à cena de dissenso, mas, de modo oposto, ao que o autor denomina como “partilha policial do sensível”, uma instância conformadora de relações entre nomes, coisas, lugares, funções e modos de fazer, daquilo que é visível e enunciável em seu âmbito.

Mas tensiona, em seguida:

poderíamos nos indagar: se há arranjos disposicionais que produzem a partilha policial do sensível, não haveria de haver também aqueles que produzem a partilha política do sensível?

Isso nos leva à p. 27 – tenho observações sobre as duas partilhas do sensível: policial e política. Primeiro, a escolha das palavras de Rancière: palavras produzem efeitos em função de seus contextos mais habituais. Criam uma tendência de atribuir sinais positivos e negativos, no caso, ainda que o autor afirme não fazer essa valoração.

Além disso, percebo os processos comunicacionais como tipicamente tensos – mas com graus muito diversificados de tensão. Podemos estudar desde os níveis mais radicais de dissenso até as tensões interacionais mais suaves – em constante modificação e elaboração por deslocamentos quase despercebidos.

Os jogos comunicacionais são muito variados. Devemos considerar distinções binárias apenas quando elas são efetivamente binárias, como acontece na situação investigada pela tese. Nessas situações, o nível de dramaticidade se amplia extraordinariamente. Assim, a dualidade entre partilhas “policiais” e partilhas “políticas”, além de levarem (contra a proposta do autor, como a tese explica bem) a uma atribuição intuitiva de valores; dramatiza as situações *a priori*, pelo simples fato de classificá-las. Entendo que dispositivos interacionais variam a cada caso (e, em um mesmo caso, podem variar em diferentes momentos) – em qualidade, eficiência, produtividade, resultados, pertinência e interesse para os participantes, entre outros fatores de variação.

Sobre a situação observada

a) Um primeiro ponto, é comentar o que o texto faz

Primeiro, faz perceber que o estudo é muitíssimo bem documentado (ver p. 20)

A tese mostra, na p. 25, três vetores:

- o aparecimento, a auto identificação e as falas dos pixadores;
- o diálogo e a rede estabelecidos com outros sujeitos em torno do tema da prática;

- e o questionamento do tratamento conferido pelo poder público à pixação e aos pixadores

No conjunto, vai mostrar muito bem o problema social e comunicacional da realidade observada. Por exemplo, na p. 23:

“O pixador expõe tanto conflitos e problemas que percebe em um contexto social mais amplo, como a existência de “duas cidades” social e economicamente distintas, quanto questões relacionadas àquele contexto específico em que está presente, como quando faz uma provocação em relação aos limites de um evento que se propõe a discutir o pixo”.

Muito boa percepção. Um aspecto importante, na percepção dos objetos de pesquisa que estudamos, é conseguir ir além das coisas ditas, para perceber a substância das ações observadas – perceber suas lógicas e o que, em suma, os participantes sociais fazem, ao tomar atitudes, se expressar, responder e interagir. Trata-se do nível performativo de toda e qualquer manifestação interacional. Estamos não apenas *dizendo*; mas ao dizer, *fazendo* coisas. O que a tese faz é, efetivamente, mostrar as ações dos pixadores – no trabalho de pixo, e no que dizem, nos eventos abordados.

Os capítulos 4 e 6 organizam um trabalho descritivo excelente a partir das observações e dos materiais levantados.

O primeiro, organizado por episódios – eventos de debates por pixadores, entre estes e outros setores da cidade; e sobre suas atividades, posturas e sofrimento.

O segundo, organizado de modo transversal – em um esforço de tematização que vai se tornando cada vez mais condensada, para ângulos interacionais (que já não são “temas”, mas visadas, justamente): são os ângulos que enfatizam a cena dissensual.

b) Para concluir meus comentários, uma observação sobre o que o texto não faz – mas fornece pistas muito boas para esse outro fazer

Quero destacar um trecho que me pareceu muito importante. Na p. 17:

o fato de que a descriminalização da pixação não é uma reivindicação. Pelo contrário: as falas demonstram que o crime faz parte da experiência do pixo, o que me faz entender que os pixadores desejam ser contados e considerados como interlocutores legítimos exatamente desse lugar da transgressão.

Eu esperava desenvolvimentos dessa proposição. Encontro, aí, a possibilidade de um aprofundamento sobre a perspectiva comunicacional (para que esta não se assuma como um epifenômeno da perspectiva política).

Não proponho que a investigação comunicacional faça esquecer a questão política envolvida; mas constato um risco epistemológico (para o conhecimento da comunicação) que é a perspectiva política obliterar a atenção sobre o comunicacional. Talvez seja difícil evitar, no caso em estudo, pois os aspectos políticos da situação são claramente presentes – tanto para os pixadores, como para os que os pressionam, como ainda para a pesquisadora.

Mas – sendo evidente que não se trata de descartar o aspecto político – trata-se de pensar em que perspectiva o conhecimento comunicacional poderia oferecer uma contribuição praxiológica para a questão social e política.

Percebo, nos eventos, a hipótese de uma busca de arranjo interacional não opressivo – tentativa frequentemente fracassada. A ênfase no grafite como forma de arte – você mostra bem as limitações – é uma dessas tentativas. A ausência desse arranjo (claramente, por incompreensão e incompetência dos poderes públicos) faz derivar para a polarização – que é o oposto da comunicação.

Aqui, entra aquele aspecto que eu imaginava ser retomado – e não aparece. A tese evidencia a polarização imposta., que impede o desenvolvimento das tentativas de interação (quer sejam de boa ou de má fé).

A polarização aparece como uma estrutura importante da situação. Os eventuais esforços pessoais de participantes dos dois campos não conseguem produzir sentido – logo não levam a resultados.

Assinalo aqui que, embora a tese não faça esse desenvolvimento, o estudo da estrutura polarizadora que foi constituída – a observação de seus processos e suas “lógicas” perversas – entretanto fornece os elementos necessários para as inferências requeridas. Um leitor, com pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema, com a leitura da tese terá condições de desenvolver e explicitar a questão comunicacional envolvida – ou, mais exatamente, a questão da estrutura polarizada que impede uma interação produtiva.

Meu comentário não tem, portanto, um tom de cobrança ou de evidência de lacuna – antes se põe como estímulo para a elaboração de

desenvolvimentos. Uma boa tese gera novas questões, derivadas de sua própria elaboração. Assim, você nos deve um artigo, que diretamente baseado na tese, nos ofereça reflexões comunicacionais sobre o tema. Será uma boa contribuição para a área.

Tenho a convicção de que Ana Karina se mostra, nesta tese, como uma pesquisadora séria e de profundidade, que dará contribuições significativas para a área – sobre o tema tratado em seu doutoramento e sobre quaisquer outros que se ofereçam à sua atenção.

CAPÍTULO 3

Desmontar a lógica visível da cidade: o pixo como dispositivo dissensual

MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO

Quero agradecer o convite maravilhoso para poder ler o trabalho de Ana Karina, e da Ângela Marques, minha parceira, e sobretudo de poder discutir essas questões que Ana bem trabalha aqui. É um agradecimento também por ter tido Ana na sala de aula, no contexto dessa aposta que temos, eu e Ângela, de criar essa interlocução teórica em torno de autores heterogêneos (Rancière, Foucault, Butler, Laclau e Mouffe), tentando estabelecer algumas pontes através, sobretudo, de noções como corpo, subjetivação, política, interpelação e cena de dissenso. Acredito que Ana tenha se beneficiado do curso, mas fomos nós que mais ganhamos com a presença dela em sala de aula, porque ela é uma excelente aluna e nos trouxe sempre indagações e questões não só pertinentes, mas que nos deslocavam e nos obrigavam a aprofundar, cada vez mais, nossa reflexão.

Primeiro queria falar sobre coragem. Acho muito corajoso que alguém apresente não só essa disposição teórica (tem uma proposta conceitual na tua tese), mas sobretudo que faça do seu texto um dispositivo, ou seja, faz dele uma colaboração de elementos heterogêneos para poder incidir sobre o campo político. Sua tese é uma ação, um ato político. Nesse sentido, escrever uma tese a partir dos elementos trazidos pelos pixadores, em

interlocução com autores como J. Rancière me parece que é sempre radicalizar uma escrita, promover um desmonte, uma ação. E é corajoso não no sentido heróico, mas no sentido de que dispor as coisas de outra forma é sempre arriscado, pois envolve se abrir para uma exposição sem controle algum. Ou seja, quero dizer com isso que você foi bastante corajosa, se expôs de forma radical. Parabéns, porque a vida acadêmica pede coragem.

Bem, eu gostei muito da sua aposta teórico-metodológica. Não está aqui em questão se você consegue ou não cumprir o desmonte e o remonte de uma cena dissensual. Está aqui em questão, me parece, o modo como você procedeu, qual a forma e os efeitos dessa maneira de disposição dos elementos que compõem essa ação, essa pixação. Você teve uma sensibilidade na construção das cenas, trazendo juntas as falas dos autores, dos pixadores, a sua própria voz, enfim, queria destacar que sua tese oferece uma contribuição única para pensarmos nosso contexto específico e as violências inúmeras que nele se desenham e se ramificam.

Penso que é um trabalho que entra no cenário das nossas interlocuções como um passo a mais na perspectiva de construir um encontro radical entre J. Rancière e as ciências sociais. Ou seja, nosso desafio aqui é como pensar o Brasil, as pesquisas de campo, os dados empíricos sobretudo em ciências que têm uma trajetória tão profissionalizante, tão (como queira) aplicada ao outro, ciências que se constituem como um campo interventivo na sociedades, a partir da montagem de cenas de dissenso. Você nesse sentido traz uma excelente contribuição: obrigado!

Ana, tome aqui minhas questões como interlocução. Considere minhas críticas como agitação de pensamento e minhas perguntas como provocações para nossos encontros radicais. Pensar é agitar o pensamento. Você, na página 13, diz que as reuniões embaixo do viaduto sempre tinha algo de imponderável. Você diz isso e põe um ponto final e larga o leitor ali, um pouco sozinho. Eu achei que isso foi uma armadilha, uma trama tua contra o leitor, porque a gente fica assim: verdade, tem nessas afirmações algo que não se poderia prever, mas o quê? E o leitor começa a procurar no seu texto o imponderável. Eu fui descobrindo, ao ler, que o pixo é uma ato imponderável, ou seja, que não se pode contar, não palpável, não contável na contabilidade da cidade, não pesável nos quilogramas dos governos, não mensurável nas geografias da organização. Ou seja, eu fui atrás desse imponderável o tempo todo na sua pesquisa. Achei curioso, porque ele

é uma frase tua quase imperceptível no texto e é única. Uma oração que existe ali no texto só para dizer isso: há algo estranho no ar! Portanto, meu olhar é sobre esse imponderável na sua tese.

Esse imponderável, esse excesso, não palpável, que eu acho que às vezes você deixa ele aparecer, você o faz aparecer, e em outras vezes você o domestica sensivelmente de alguma forma, ou seja, às vezes pretende também torná-lo mensurável. Sabe aquele nosso ímpeto científico de querer que o efeito da força do excesso seja um projeto de futuro? Às vezes eu acho que você tenta controlar essa força emergente do pixo historicamente. Porque é uma questão histórica essa: e para mim o pixo, estou convencido ao ler tua tese, o pixo é um abjeto “ilegal” (juntam-se aqui duas coisas importantes) que serve para fazer aparecer o absurdo desigual que é a cidade e como sua desigualdade está apoiada, é sustentada, em nada mais, nada menos do que no princípio de que o outro não é gente. Portanto, no racismo da desigualdade de classe, na violência que a cidade visível se sustenta, na política de encarceramento e morte que a cidade palpável e mensurável se apóia. Sob esse aspecto, para mim o pixo é um imponderável, esse desmedido excessivo que só faz aparecer o desumano da categoria humanizadora da cidade organizada. O pixo, aprendi com você, faz aparecer toda a institucionalidade repressiva, racista e violenta, dá visibilidade ao grotesco que é a cidade de nós, nós aqui. O pixo é um abjeto analisador da norma, no sentido butleriano do termo. O pixo faz aparecer, ele é um ato complexo de dispor a cidade de outra maneira, ele é um dispositivo dissensual e ilegal. É nesse sentido que o pixo expõe um dano, um dano ambiental, um dano ao monumento, um dano à história que se pretende preservar, um dano patrimonial porque ele expõe um dano político, expõe o genocídio que é a cidade que se faz aparecer no sentido da polícia, visibiliza e dispõe a cidade que funciona, as ruas em que circulam carros e gentes, ele torna exposta a cidade da desigualdade e a violência que a sustenta: que é no fundo a ideia de que alguns corpos não valem porque a cidade é produzida só para outros e não para todos: “Pixei seu muro na parte de fora, Tia, da rua que é nossa”, diz o pixo destacado por você!

É nesse sentido que eu quero te interrogar, porque você dispôs os elementos históricos – a fala do pixo – em cenas que desmontam a cidade, como aparece na p.161:

“o homem vem, tipo, destrói árvores, destrói tudo só porque ele tem dinheiro para montar a empresa dele ali, ou o prédio dele ali ou a casa dele, ele vem destrói a natureza, tipo assim, quebra arvores, acimenta o chão, tampa a respiração da terra, constrói muros, faz aquele trem todo lá e a gente vai lá e pixa o muro que eles fizeram essa matança toda e é nós que é o crime ambiental. Nós que é o crime ambiental.”

Separo minhas considerações em duas questões que me parecem importantes:

O pixo como ação de desmonte da cidade, portanto, esse dano ao bem público, patrimonial e ambiental - que é a disposição do dano a ser tratado -, portanto o pixo, essa ação, a pixação, é para mim um ato de dissenso permanente que se alastra ao expor o racismo e a violência da cidade em que se anda e não se vê. Se vê o pixo como o sujeito, que estraga a obra, que borra a beleza, que rompe o suposto legal, mas ele está ali exatamente para sujar a gente de um pouco de igualdade. Então, a primeira questão é a seguinte: sendo o pixo isso, ou seja, sendo o pixo esse excesso, eu te questionaria se ele, em si, não é um ato de dissenso e queria tentar radicalizar os efeitos desse ato.

Dar a aparecer a desigualdade da cidade: a dinâmica da própria cidade, faz com que o pixo flua dessa forma. “Eu não conheço nenhum pixador que mora no centro-sul, não conheço pixador na Savassi, a maioria das pessoas que conhecemos são pessoas que, para vir para o centro, demoram de uma a duas horas e que, frequentemente, não podem estar aqui. Então, essas pessoas precisam de alguma forma estar presentes. É a partir daí que o pixo se enquadra, e se você observar que existem duas cidades, onde os ricos possuem e desfrutam das melhores coisas e os pobres não.” (p.195)

O pixo explicita um dano a ser tratado: ele se constitui como um embate no híbrido da polícia e política. “Enquanto houver desigualdade vai haver pixo, porque o pixo é o contra isso” (p.185). Uma frase que mostra muito bem como se dão as tentativas de controle do dissenso. “Como a gente equilibra os valores do patrimônio cultural e agrega também como valor a própria pixação?” – fala de uma agente pública na página 120.

A força do pixo está em - ao possibilitar aparecer o racismo e a violência - mobilizar todos os poderes para sua domesticação: a pedagogia do mercado e da cultura do grafite, a repressão da política, o encarcera-

mento dos indesejáveis para a cidade da polícia (no sentido rancieriano), a violência sobre os corpos dos pixadores, os projetos de domesticação do dano. O pixo e a ação dos pixadores mobilizam forças jurídicas, o Ministério Público, a Polícia Militar, as Prefeituras e secretarias, as agências de Patrimônio, da Educação, da Cultura, ou seja, mexem com muitas instituições. Mobilizam leis, constróem a ilegalidade do ato, dos corpos periféricos.

O corpo no pixo é esse corpo que se desloca de lugar, que anuncia uma temporalidade outra, não é a toa que a repressão vai direto ao corpo: “fazem beber a tinta, pintam o corpo do cidadão, espancam nosso corpo até o ponto de matar o pixador”. Se isso não é um ação política de tornar visível o poder e a força da manutenção da realidade policial, não sei qual outra seria.

Ou seja, o elemento dispositivo dissensual do pixo é tal que ele se alastra ao desmontar a lógica visível da cidade.

Ele mostra como a norma foi instalada, normalizada de tal maneira que ela não pode ser mais pensada: “eu acho assim antes de vocês procurarem fazer esse tal de Respeito por BH, vocês deveriam ter respeito pelo ser humano, nós somos humanos” - diz uma pixadora na p. 191.

E aqui eu acho que discordaria um pouco do seu argumento, porque aqui o pixo não tem ato de poder. Eu tenderia a concordar com Rancière. Esse ato dissensual não tem poder, ele tem disposição dos elementos do poder. Você aponta, na p. 64, que a cena de dissenso não significa a abolição das relações de poder. Há relações de poder, você argumenta. Mas eu diria que não há. Nesse sentido, acho que Rancière está correto, esse ato não tem hierarquia, poder aqui é no sentido que faz conduzir a conduta, diz que há possibilidades dentro de determinados parâmetros. A meu ver, poder aqui diz de limite e individualização: e é nesse sentido que me parece que não há poder, não há *arkhé* a ser sustentado. Além disso, a relação entre dispositivo, performatividade e articulação não está pronta em si, mas pode ser desenhada na maneira como dispositivo e cena de dissenso se distanciam de qualquer ordem hierárquica: o dispositivo pode ser dissensual, porque a forma de dispor influencia na forma como os atos e os sujeitos vão aparecer. Queria te ouvir sobre isso.

E minha segunda questão é que me parece que tem aí também um elemento interno. Aquela dinâmica que Rancière busca evidenciar em

muitos trabalhos, que é a dinâmica da subjetivação política, pode ser evidenciada a partir de um questionamento desestabilizador: como esses corpos podem falar tanto, como ousam aparecer e desafiar a ordem da cidade? Como vemos no seguinte depoimento:

“O pixo é isso, é essa ideia de que ele não é vendido, ele não é comprado, ele é livre, ele não é organizado, ele é. E às vezes essa é a maior arma da gente, porque tipo assim se a gente resolver fazer uma organização nossa e cair pra pista aí para protestar, o sistema não segura não, porque é uma parada que eles não vão poder prever, eles não sabem de onde vão vir, é completamente imprevisível.”(p.208)

Tem uma construção do ato que também me parece que seria fundamental compreender, uma demonstração, um exagero, uma dramatização. Essa parte eu achei que você não destacou muito no estudo. Aqui eu senti falta de uma abordagem das imagens dos pixos, da experiência do pixador, da convivência com o pixo que vc não nos apresenta muito. Queria te escutar um pouco sobre isso.

Com essas duas questões e uma visada em como li seu trabalho, parabênizo você e sua orientadora por terem produzido e oferecido esse presente para nossos estudos!

CAPÍTULO 4

As insurgências e interseccionalidades que constituem pixadores e pixadoras de BH

LAURA GUIMARÃES CORRÊA

Quero agradecer pelo convite, estou feliz de estar nessa banca hoje, porque venho acompanhando o trabalho de Ana Karina há cerca de seis anos: desde sua apresentação de projeto de pesquisa e qualificação de mestrado até esse momento agora da defesa do doutorado, passando pelos encontros nas disciplinas e seminários que realizamos na linha de pesquisa. Então, algo que há em comum entre a avaliação que fiz de sua dissertação e que hoje faço da tese, além dos vários elogios a serem reiterados, é o modo como ela produz uma escrita emocionante, uma escrita que nos toca, que nos afeta e que, em vários momentos temos que fazer uma pausa para conseguirmos retomar a leitura. E isso também se relaciona com o ótimo domínio que ela tem dos códigos, da linguagem, produzindo uma escrita refinada, capaz de nos conduzir pela pesquisa de maneira clara e instigante, fazendo-nos descobrir, junto com vocês, os percalços e descobertas, os arranjos produzidos para dar conta de um problema tão complexo e multifacetado. Essa tese conversa muito com quem lê, somos convidados a te acompanhar em todas as experimentações que foram necessárias para produzir essa tese viva, com um objeto vibrante e envolvente. Considero que esse modo de condução tem a ver com uma generosidade no compar-

tilhamento do percurso e com a partilha dos seus sentimentos e afetos, de seus percalços na elaboração do trabalho e que tem muito em comum com a perspectiva da virada afetiva, da qual o Jean-Luc Moriceau é uma referência entre nós.

A tese aponta caminhos para outras pesquisas, não só em Comunicação como em outras áreas como a Sociologia, a Antropologia, o Urbanismo, Arte, História ou Filosofia. Sua opção pela igualdade como método implica a construção de uma metodologia que é ousada e inovadora. Você menciona essa virada metodológica, que talvez seja menos segura do que aquela construída no mestrado, e que solicita de você uma maior abertura para os acasos e achados da pesquisa, mais do que se você tivesse em mãos um roteiro pronto a ser seguido. Isso demanda uma implicação na investigação como se fosse uma aventura radical, vindo mesmo da igualdade radical reivindicada pelo Rancière. Tal escolha nos permite ver o quanto você esteve envolvida com sua pesquisa, pois conseguimos ver sua presença nas tramas da escritura de uma forma muito evidente, nos interpelando para a tarefa de pensar juntos. A opção por desierarquizar o conhecimento é muito importante, não falar de um lugar pretensamente universal, lembrando-nos sempre que as pessoas estão localizadas em suas posicionalidades quando falam de algum tema ou experiência. Minha pesquisa mais recente, por exemplo, que demanda a leitura de textos de pesquisadoras negras, que não estão no lugar do conhecimento hegemônico, traz muito essa indagação acerca de que universal é esse que pretensamente identificamos como presente no fazer acadêmico?

Lendo sua tese aprendi muito sobre o conceito de dispositivo e sobre a proposição de Braga acerca dos arranjos disposicionais. Confesso que fiquei feliz em ver que o conceito de dispositivo não foi tratado como substituto ou sinônimo de meio ou de mídia, como comumente vemos em algumas pesquisas. Ao mesmo tempo, você articula muito bem essa noção aos conceitos de Rancière, que desde o mestrado é um autor central em sua reflexão, sobretudo cena de dissenso, polícia, política, desentendimento e igualdade. Essa aproximação entre dispositivo e cena de dissenso não é fácil de ser feita, porque o próprio Rancière não acredita nela, apontando como o dispositivo determina e controla as ações dos sujeitos, enquanto a cena é espaço de fabulação, de experimentação de outras possibilidades de construção de modos de ser e partilhar o comum. Contudo, como você bem evidencia, é possível fazer uma aposta na interface entre esses

conceitos, a partir da leitura que alguns autores fazem das interseções entre Foucault e Rancière, sobretudo o David Panagia e, recentemente, o Marco Aurélio e a Ângela Marques, no livro que lançaram em 2018. Por exemplo, Panagia mostra, de uma maneira muito interessante, que o dispositivo aparece como a produção de arranjos relacionais no livro *Aisthesis*, quando Rancière fala das artes e da maneira como a produção artística está sempre se ajustando e se alterando, sempre jogando com a não naturalidade das relações. Essa possível associação entre as noções de cena e dispositivo é identificada por Panagia na seguinte passagem que compõe a apresentação de *Aisthesis*:

A rede constituída em torno de um evento singular mostra como a performance ou um objeto é pensando e sentido não somente como arte, mas também como uma proposição artística singular e uma fonte de emoção artística, como a novidade e a revolução na arte – ainda que como meio que permite a arte encontrar um caminho para fora de si mesma. Assim, ela os inscreve em uma constelação movente na qual modos de percepção e afeto, e formas de interpretação definem um paradigma da arte, tomam forma. A cena não é a ilustração de uma ideia. É uma pequena máquina ótica que nos mostra o pensamento ocupado tecendo junto percepções, afetos, nomes e ideias, constituindo a comunidade sensível que torna essa tecelagem pensável. A cena captura conceitos em operação, em sua relação com os novos objetos que buscam apropriar, velhos objetos que tentam reconsiderar e os padrões que constróem ou transformam para este fim (Rancière, 2013, p.11)²¹

Panagia ressalta que entende a ideia de “rede construída em torno de um evento artístico que inscreve uma constelação movente de percepções, afetos, formas interpretativas e paradigmas artísticos” como dispositivo, apesar de Rancière não utilizar essa noção em seu texto. Assim, é interessante ver como a cena produz dispositivos e pode ser produzida justamente nos arranjos que originam uma “uma pequena máquina ótica que nos mostra o pensamento ocupado tecendo junto percepções, afetos, nomes e ideias, constituindo a comunidade sensível que torna essa tecelagem pensável”.

21 RANCIÈRE, Jacques. *Aisthesis: scenes from the aesthetic regime of art*. London: Verso, 2013.

Apenas o conceito de dano poderia ter sido melhor explicado, no sentido de evidenciar como, na cena de dissenso, danos são tematizados e tratados a partir da ação dos pixadores em confronto com o poder público. O tratamento do dano não busca uma reparação a injustiças cometidas, mas justamente a explicitação dos mecanismos de poder que continuam agindo para preservar os critérios morais de avaliação e julgamento das vidas, definindo os quadros de inteligibilidade a partir dos quais elas são consideradas dignas ou indignas de reconhecimento e justiça.

Nesse sentido, a necessidade de diferenciar o pixo do grafite é muito maior no poder público do que entre os próprios praticantes da arte urbana, uma vez que, para o poder público, o grafiteiro pode fazer algo útil à cidade, embelezá-la por exemplo, enquanto o pixador seria nocivo à cidade e, portanto, descartável.

Acredito que, quando você associa a presença dos pixadores nos espaços urbanos ao direito à cidade, seria interessante, em outro momento talvez, dialogar com Henri Lefebvre e com a discussão que ele faz acerca dessa interseção entre cidade e quem pode dela se apropriar. Ao mesmo tempo, você trabalhou com um corpus muito extenso, foram mais de 300 matérias jornalísticas consultadas, observação presencial de várias reuniões, leitura de registros e documentos de reuniões de vários grupos que se engajam em questões ligadas ao direito, espaço urbano e patrimônio público. Enfim, havia muito material, mas a maneira como você escolheu organizá-lo metodologicamente alcançou uma forma de organização que não só é didática, mas original e abre caminho para pesquisas futuras acerca do tema. Essa é uma contribuição muito relevante e única de seu trabalho.

Um outro ponto que me chamou a atenção foi a oposição entre a ação dos pixadores e os crimes ambientais cometidos pela Samarco, pois é nesse conflito que podemos identificar a verificação da igualdade, tal como explicada por Rancière. A desigualdade de tratamento identificada pelos próprios pixadores é acionada muitas vezes no texto como forma de questionar os quadros de sentido que mantêm, ideologicamente, as bases morais do julgamento coletivo acerca de quem, de fato, traz riscos e morte aos cidadãos de nosso Estado. Gostaria apenas de citar aqui a passagem em que um pixador enuncia essa assimetria na produção de legibilidade pública acerca de quem deveria ser apontado como causador de danos ao patrimônio público e à vida:

Colé, rapaziada, firmeza total? Então, tá rolando a maior injustiça aí, certo? Sistema aí não prende presidente da Samarco, maior crime ambiental da história do país, mas prende os pixador, né mano? Isso aí é embaçado, certo? (Depoimento no vídeo *Quadrilha do Pixo! Sábado na Funarte*, 2016)

De forma geral, as falas dos pixadores que são destacadas na tese, em igualdade de posição e valor com seus autores de base, são muito fortes e me tocaram bastante porque temos a dimensão das subjetividades e das vulnerabilidades que atravessam as experiências desses e dessas jovens que, mais do que demandarem reconhecimento, demandam a consideração necessária para serem escutados em suas demandas e não serem violentados e mortos sumariamente nas ruas e nos atos de prisão muitas vezes forjados e estrategicamente armados.

Por isso, não consigo deixar de pensar nas questões de interseccionalidades desses atores e teóricos que são os pixadores e as pixadoras que aparecem nessas páginas. Fico pensando que eles são pobres, em sua maioria jovens e negros e muitos deles se dizem favelados. E as falas desses atores me trouxeram à lembrança as reflexões de Milton Santos, que é um autor negro que fala, entre outros temas, sobre cidade e sobre cidadanias mutiladas. Para ele, sempre alguns são considerados mais cidadãos do que outros, sempre alguns crimes podem ser perdoáveis e outros não. E essa diferença é apontada pelos pixadores de uma maneira muito incisiva e contundente, como aparece, por exemplo na fala da pixadora T.:

Meu nome é T. Sou pixadora, sou mãe, estudo e trabalho. A minha pergunta é a seguinte: vocês, do Movimento Respeito por BH, têm um levantamento, vocês têm números ou, pelo menos, uma noção de quantas torturas, assédios, prisões indevidas, abusos e mortes – mortes, no plural, porque foram mais de uma – aconteceu a nós, pixadores? Eu falo “a nós” porque eu to enquadrada dentro disso aqui, entendeu? Vocês têm noção disso? [...]

Quando eu fui pintada, o policial falou assim: “não, não pinta eles mais não que eu to precisando de uma tinta preta lá em casa”. Entendeu? Ele pintou só a minha perna e a perna de, na época era o meu namorado, virou, eu tinha roupas de bebê na minha mochila, que eu tinha ganhado um presente pra minha filha, é... E a camisa de um amigo nosso que morreu. Aí ele virou e falou assim: “ah, você é ladra? Porque isso aqui você roubou, você não tem dinheiro

pra comprar isso aqui não, isso aqui é importado”. Aí ele pintou a gente e ele “não, vamos pintar mais e tal, essa menina aqui, ela é branquinha, dá até pra fazer um palhaço na cara dela”. Aí o outro virou e falou assim: “não, não vamos pintar não que eu to precisando de uma tinta preta lá em casa”. Tá? E levou, levou a tinta, pintou as roupas que tava na minha mochila, rasgou minha mochila, que era nova, inclusive, que minha mãe tinha me dado, ainda levou meu chicletes, que é a parte que mais me revolta, que eu falo isso toda vez, entendeu? (T., *Café Controverso: O que é pixo?*, 2014)

Ela se coloca como pixadora, mulher e mãe, evidenciando as interseccionalidades que, de certa maneira, os autores por você acionados não conseguiriam colocar. Então, quando você afirma que, se por um lado, os pixadores não possuem a leitura que os autores que você usa possuem, por outro lado esses autores também não conhecem a realidade do pixo belo-horizontino. E você se propõe justamente a reequilibrar a desigualdade que define o peso dessas narrativas para encontrar uma forma de diálogo entre elas. E quando ela pergunta: “Vocês têm um levantamento, números ou, pelo menos, uma noção de quantas torturas, assédios, prisões indevidas, abusos e mortes aconteceram a nós, pixadores?” – ela está colocando em cena algo que é chamado pela Jeanne-Marie Gagnebin de catástrofe. Mas geralmente usamos esse termo para nomear algo que é marcado num tempo e num lugar (como, por exemplo, um fenômeno natural ou uma guerra). Ela, contudo, fala do genocídio negro no Brasil como uma catástrofe, como algo que acontece por um tempo muito estendido e em curso, desde a escravidão até os dias de hoje. E essa catástrofe aparece na fala dessa moça. Ainda que ela seja uma mulher branca, sabemos quem são essas pessoas às quais ela se refere quando indaga pela morte dos pixadores, por aqueles que são vítimas da violência policial, sobretudo quando o policial que a agride comenta o seguinte: “não, vamos pintar mais e tal, essa menina aqui, ela é branquinha, dá até pra fazer um palhaço na cara dela”. E, apesar de você comentar que a presença das pixadoras nos eventos que você descreve é geralmente menor que a dos pixadores, a fala delas é sempre mais questionadora e contundente.

Agradeço a vocês pela oportunidade de dialogar com essa tese que está tão bem construída, que é tão interessante e importante para o momento que vivenciamos agora.

CAPÍTULO 5

Comentários de Ana Karina de C. Oliveira

O processo do doutorado e a produção da tese representaram para mim um período de muitas dificuldades, mas, também, de muitas descobertas e amadurecimento. Por várias vezes, me questioneei sobre a relevância e a pertinência da minha proposta e, especialmente, sobre a minha capacidade para realizá-la. Durante grande parte daqueles quatro anos e meio, eu não tive muita certeza sobre o que de fato estava fazendo: mergulhei tanto no universo do meu objeto de pesquisa que, encerrada a pesquisa de campo, me vi sem saber como seguir. Até que veio a “virada afetiva”, como nomeado por Laura Guimarães durante sua arguição. Inspirada pelo curso e pelos textos de Jean-Luc Mouriceau, resolvi retomar os passos que me levaram até a pesquisa e, ao refazer essa trajetória, me percebi fazendo uma tese sobre o próprio processo de pesquisar.

Para definir o que faria com meu objeto, com meus dados, com meu problema de pesquisa, precisei, também, dar um passo atrás, refletindo propriamente sobre o que é uma tese – ou, ao menos, a minha tese. Entendi que não se trata de um espaço para encerrar uma realidade a partir de uma determinada perspectiva (acadêmica, científica, com pretensões de verdade), mas da construção de um lugar para o encontro de diferentes vozes que constituem uma dada realidade e, mais que isso, que constroem e expressam diferentes saberes sobre ela. Com essa compreensão, parei

de perseguir uma abordagem pretensamente capaz de abarcar todos os aspectos e nuances do cenário da pixação em Belo Horizonte e decidi fazer e assumir escolhas que me permitiriam finalizar a tese (ou, melhor, dá-la por finalizada). Foi assim que busquei apresentá-la: como uma abordagem parcial, finita e lacunar sobre o aparecimento público de pixadores no contexto do debate sobre o combate ao pixo em Belo Horizonte. Mas, também, como uma reflexão (igualmente parcial e lacunar) sobre o processo de pesquisar e desenvolver uma tese.

Sempre tive a metodologia como uma “pedra no sapato” e, especialmente após a entrega da minha dissertação, em 2015, se tornou um incômodo para mim que os procedimentos da pesquisa se tornassem ofuscados (e muitas vezes opacos) pela apresentação de análises e resultados. Passei a refletir sobre como esse processo intensifica o caráter singular do trabalho – o que não configura um problema por si só, mas que pode se tornar um quando a particularidade radical resulta na produção de conhecimento sobre o objeto específico ao qual o estudo se dedica, mas não necessariamente na contribuição para um desenvolvimento mais amplo dos conhecimentos da área da Comunicação (suas teorias, seus modos de fazer). Foi a partir dessas preocupações que encontrei amparo na produção de José Luiz Braga e em sua preocupação com as hipóteses heurísticas das pesquisas em Comunicação, que dizem do potencial dos resultados (sempre provisórios) de uma pesquisa para servirem como ponto de partida para novos estudos.

Ao longo da pesquisa, assim, a questão metodológica foi se configurando como central, com as discussões em torno do método da igualdade, dos arranjos disposicionais e da cena de dissenso, até que me dei conta de que esta se tornava, fundamentalmente, uma tese sobre a construção de um método. Minha pesquisa foi atravessada, o tempo todo, pela questão sobre o que significa e como utilizar um método da igualdade e sobre como ele pode ser trabalhado no “desentranhamento do comunicacional” de um dado contexto, como propõe Braga (2016). Assim, cheguei à formulação da proposta metodológica dos “arranjos disposicionais dissensuais”. Embora construída no contexto particular da observação do debate sobre o combate à pixação em Belo Horizonte, acredito que o método demonstra potencial para contribuir com outros estudos que busquem trabalhar com o aporte teórico rancieriano na observação de fenômenos comunicacio-

nais. Mais: acreditei que a principal contribuição da tese para o campo da Comunicação seria o método que construí – para fazê-la e enquanto a produzia. A banca, contudo, foi quase unânime em discordar dessa minha aposta.

Voltarei a este ponto, mas gostaria de abrir um parêntese para falar sobre a experiência da defesa e para registrar aqui alguns dos agradecimentos que pude fazer naquele dia (seguindo, assim, os princípios da escrita afetiva). Apresentar e defender uma pesquisa diante de uma banca não é trabalho dos mais fáceis, especialmente quando ela é composta por algumas das pessoas que mais influenciaram a produção do trabalho. José Luiz Braga foi uma das principais referências trabalhadas na tese, tendo sido fundamental para que eu encontrasse o veio metodológico que foi desenvolvido e, também, para que eu conseguisse compreender a especificidade comunicacional na pesquisa. Laura Guimarães Corrêa, além de também inspirar os procedimentos metodológicos, sobretudo no modo de visualização e organização dos dados, se tornou uma interlocutora valiosa, tendo acompanhado o desenvolvimento do meu trabalho desde o mestrado. Jean-Luc Moriceau e Marco Aurélio Prado foram referências e inspirações para a escrita afetiva em primeira pessoa, que me abriu uma nova perspectiva de relato científico. Marco Aurélio também contribuiu de forma inestimável com a pesquisa a partir dos cursos ofertados em parceria com minha orientadora, Ângela Marques, que buscaram estabelecer diálogos e distanciamentos entre o pensamento de Rancière e o de Foucault, primeiro, e de Rancière e Butler, posteriormente. Ter cada um deles na banca, portanto, foi uma oportunidade inestimável de diálogo e aprendizado (e, também, uma responsabilidade), e eu registro meu agradecimento carinhoso a Ângela Marques por ter viabilizado esse encontro para avaliação do meu trabalho. Agradeço, também, a cada um dos membros da banca pelo aceite ao nosso convite e pela leitura atenta, generosa e crítica do meu trabalho. Foi inestimável a oportunidade de dialogar com minhas referências e ouvir sobre a leitura que fiz de suas proposições. Obrigada. Agora, gostaria de fazer algumas considerações diante de algumas das observações e questionamentos que me foram apresentados nas arguições.

A arguição de José Luiz Braga era a que mais me deixava ansiosa naquele dia, afinal, foi o único membro da banca que eu não tive o privilégio de

ter como professor. Quando ele finalizou, me emocionei profundamente. Sim, chorei em minha defesa de doutorado, feliz por ouvir pesquisadores que admiro dispostos a contribuir para o crescimento do meu trabalho. Braga comentou minhas escolhas por escrever na primeira pessoa e por fazer o que chamei de um “desenho invertido” de pesquisa, em que o campo precedeu o desenho teórico-metodológico, legitimando ambas, mas pontuando que não seria necessário distingui-las de um modelo tradicional da ciência. Para ele, é um modo de fazer que não demandaria justificativas. Concordo, já que busquei relevar e reafirmar, por várias vezes, uma pretensa ruptura com um “modo tradicional”. Contudo, ao final da tese, reconheço que muito da tradição de construção do conhecimento científico ainda permaneceu na produção do trabalho. No entanto, considero que pequenas rupturas foram possíveis, especialmente a partir de uma escrita que buscou, o tempo todo, descortinar os processos da pesquisa: as dúvidas que permearam o trabalho, as tentativas e erros, as necessidades de ajuste.

Da arguição de Braga, destaque, ainda, a possibilidade de ouvi-lo sobre minha leitura e compreensão de suas proposições, me corrigindo gentilmente em alguns aspectos e, ainda mais gentilmente, me explicando outros que eu demonstrei, pelo modo como os trabalhei no texto, não haver compreendido bem. Por fim, Braga apontou alguns caminhos para possíveis futuros desenvolvimentos da tese. Diante da valiosa aula, tive pouco a responder e muito a aprender – e agradecer.

Jean-Luc Moriceau considerou a tese “uma pixação no muro do conhecimento”, o que também me emocionou. Entre as questões colocadas por ele, estão as consequências éticas e políticas da construção de um mundo em que os pixadores falam. Seria esse um bom lugar para os pixadores? É verdade que a questão sobre o potencial de devolução da pesquisa para os pixadores sempre me rondou e, algumas vezes, eu busquei discutir o assunto com alguns interlocutores para pensar em iniciativas que pudessem expandir o espaço de diálogo para além do âmbito da tese. Diante de alguns fracassos (um evento cancelado, um livro sem adesão de sujeitos não-pesquisadores), essa reflexão voltou para mim com outra pergunta: os pixadores desejam um lugar de fala dentro da universidade? Não creio que haja uma resposta generalizável para essa questão (como não há para várias outras nesse contexto). Há exemplos particulares, como

Djan Ivson, pixador paulista que ganhou notoriedade após eventos em que pixadores invadiram e pixaram espaços e exposições artísticas, em 2008, em São Paulo (a série de eventos, que inclui três posteriores convites a participação em eventos artísticos, foi objeto da minha pesquisa de mestrado – OLIVEIRA, 2015). Contudo, não acredito que uma abertura artística, acadêmica e midiática como a alcançada por Djan seja possível coletivamente, e também não creio que haja tal demanda. Dessa forma, reitero que a tese, embora busque criar um espaço de escuta paritária para as vozes de pixadores, teóricos e pesquisadores, talvez seja mais eficaz em seu objetivo de se mostrar como dissonante aos modos tradicionais do fazer científico do que em qualquer pretensão objetiva de perturbar, de fato, as estruturas que, de modo mais amplo, tornam algumas vozes mais audíveis que outras.

Nesse sentido, aproveito para retomar outra questão feita por Moriceau, sobre a pixação se constituir mais como uma resistência, uma negação, ou como uma afirmação. Aqui, meu argumento vai ao encontro do que Jean-Luc apresenta na arguição. Embora a prática da pixação possa ser abordada como forma de participação ou reivindicação de pertencimento a uma cidade da qual os pixadores se sentem apartados, marginalizados, é importante considerar, também, como suas ações e discursos parecem apontar para esse processo a partir de seu avesso, como uma exposição da diferença, o registro de um não pertencimento, a presença da margem no centro, mas sem se integrar. Não se tratam de polos opostos em que o pixo ou é reivindicação de participação ou é exclusão, mas, justamente das possibilidades e multiplicidades que as formas de vida expostas por esses sujeitos evidenciam no contexto da cidade, tanto através do ato de pixar como por meio de seu aparecimento público e tomada de palavra.

Para Marco Aurélio, falta na tese uma abordagem voltada à imagem dos pixos, à experiência particular do pixador e à convivência com e no pixo. De fato, esses temas aparecem nas expressões dos pixadores durante os eventos analisados, mas não me dedicar a eles na tese foi um resultado do método. A ideia inicial era constituir a cena em dois momentos²²: primeiro,

22 No processo de múltiplas etapas que chamei de desmontagem dos dispositivos dos eventos para remontagem dissensual das cenas, identifiquei, classifiquei e agrupei os temas que perpassaram as expressões dos pixadores, tomando cada uma como uma totalidade (71, ao todo), separando-as dos contextos em que elas ocorreram. Em um trabalho de contínua re-

a abordagem mais ampla dos modos como esses sujeitos percebem e se relacionam com o mundo em que vivem, sobretudo a partir do contexto de combate à pixação; segundo, os modos como os pixadores identificam a pixação e produzem sentidos sobre si mesmos, seus pares e sua prática de uma forma que contraria os enquadramentos impostos pelo poder que a combate. No entanto, na proposta de desmontagem dos dispositivos para montar a cena, optei por recusar essa divisão prévia e me propus seguir os fluxos que os diálogos entre os temas, os acontecimentos e as discussões teóricas me apontavam. Nesse processo, alguns temas, ainda que tenham sido abordados pelos pixadores, não emergiram na montagem da cena e, por isso, não foram abordados de modo particular. Além disso, desde o princípio, minha intenção foi a de me voltar para os sujeitos pixadores, e não para a materialidade da pixação.

Ainda sobre a arguição de Marco Aurélio Prado, gostaria de ressaltar sua consideração sobre o pixo se constituir como um dispositivo que expõe como a norma opera na produção da desigualdade. Assim, ao fazer ver as lógicas da disposição, a pixação disporia a cidade de outro modo, pelo dissenso. Não poderia concordar mais, especialmente quando ele considera que o pixo, em si, é um dissenso, um verificador da igualdade que expõe, o tempo todo, o dano da contagem policial. Aqui, o argumento de Marco Aurélio remete a uma importante questão lançada anteriormente por Laura Guimarães Corrêa, sobre a tese não se dedicar ao conceito rancieriano de dano, que ela entende como importante dentro da reflexão produzida na pesquisa.

Para Rancière (1996), o dano tem origem na contagem e distribuição policial dos corpos na sociedade a partir de uma pretensa relação direta entre nomes, lugares e capacidades, que vai se estabelecer a partir de uma lógica utilitarista em que aquilo que é útil a uma comunidade é considerado bom e justo. Essa distribuição inaugura uma hierarquia e, assim, um regime sensível (policial), estabelecendo quais palavras serão ouvidas como discurso e quais serão consideradas apenas ruído. É aí que, segundo

visão, readequação e refinamento, cheguei a uma lista de 69 temas, que foram agrupados em 12 subgrupos temáticos, organizados em dois grandes grupos: “Dimensões e aspectos da pixação”, com questões internas ao universo da pixação e dos pixadores, desde aspectos formais do pixo até as formas de socialização e organização; e “Poder, cidade, justiça”, que reuniu os agrupamentos que diziam respeito às relações externas, ou seja, ao modo como os pixadores se referem e se relacionam com outras esferas, como a cidade, o Direito, etc.

Rancière, se encontra um erro fundamental e o dano constitutivo da política, pois essa contagem utilitarista faz com que alguns sejam considerados como parte de uma comunidade e outros não. A política, então, é a operação de exposição do dano ou erro da contagem policial das partes da sociedade, fazendo ver a contingência da hierarquia, a inexistência de fundamentos que justifiquem uma dada ordem social. Ainda que essa reflexão esteja presente na tese, entendo quando Laura considera que ela não é suficiente. Tenho trabalhado sobre o pensamento político de Rancière desde 2011 e, especialmente durante o mestrado, me dediquei bastante a compreender e explicar muitos dos seus conceitos centrais, como partilha do sensível, polícia e política, dano, dissenso, entre outros. Nesse processo, muitas vezes, acabo por partir de um ponto mais avançado da discussão e tomar esses conceitos como dados dentro do meu trabalho, esquecendo-me de fazer essa revisão. Na versão final da tese, busquei adensar a abordagem do conceito de dano.

Laura e Marco Aurélio saudaram as articulações que fiz a partir do que definiram como aproximações corajosas entre heterogêneos. Considerei importante assumir que não sei tratar-se de coragem ou de ignorância, no sentido não de desconhecer, mas de ignorar possíveis empecilhos para a articulação entre autores e ideias, a princípio, distantes. Minha postura é a de que, se eu vejo relação, procuro promover a articulação, sempre de modo responsável e cauteloso e buscando não perceber só aquilo que faria sentido ao meu argumento. Venho trabalhando dessa forma há algum tempo e já recebi críticas importantes que me ajudaram a melhorar as discussões propostas, mas nunca me fizeram deixar de trabalhar com autores ou ideias pelo fato de que elas seriam incompatíveis com minha matriz. Talvez, seja o entranhamento do método dissensual.

Finalizando, mencionei, anteriormente, que a banca não concordou com minha aposta de que a principal contribuição da tese consistia no desenvolvimento do método dos arranjos disposicionais dissensuais. Contudo, as razões apresentadas para tal discordância, que envolveram a consideração sobre a construção de uma forma de pensamento, e não “apenas” de trabalho, me permitiram chegar ao fim desse processo com a confiança de ter desenvolvido um trabalho consistente, com potencial para desestabilizar um pouco das certezas que acreditamos ter sobre o fazer científico e o saber acadêmico. É o meu desejo. Obrigada.

Agradecimento da orientadora

A excelência e a qualidade do trabalho desenvolvido por Ana Karina podem ser atestadas não apenas pelo texto da tese em si, mas também pelas apreciações da banca arguidora, compiladas no presente volume. Ana Karina foi minha orientanda no mestrado e no doutorado, um percurso de 8 anos que foi trilhado com brilhantismo, generosidade e pelo investimento incansável na elaboração de uma reflexão teórica que fosse possível graças à invenção de um percurso metodológico próprio. Em sua tese, metodologia e articulação conceitual são entrelaçadas de maneira a trazer os pixadores e suas experiências para o centro da tarefa de escrita. O estilo de sua escrita, autoral e crítico, trabalha o entrelaçamento de documentos, imagens, falas, memórias, registros e rastros na tentativa de recomposição dos arranjos que permitiram e permitem evidenciar o processo relacional de subjetivação dos pixadores no embate com o poder público em Belo Horizonte. Ana Karina compõe cenas de dissenso a partir de singularidades escolhidas e que são capazes de auxiliá-la a entretecer falas, enunciados, narrativas que fazem parte da forma de vida agenciada pelos pixadores.

A composição cuidadosa dessas cenas aciona conceitos na medida certa, mas sempre suspeitando de suas limitações para ajudar a descrever os acontecimentos que a afetaram presencialmente. Assim, seu texto assume uma dimensão estética, política e ética, oferecendo-nos episódios

comunicacionais a partir dos quais vão se tornando, a partir de sua argumentação, legíveis de outra maneira: a inteligibilidade desses episódios é evidenciada a partir do descortinamento dos dispositivos interacionais que, como ela defende, podem ser dissensuais e produzir resistências. Esse gesto torna possível reler a cidade sob as dimensões desiguais e injustas do racismo, das assimetrias de classe, da violência e das múltiplas vulnerabilidades. A governamentalidade biopolítica desvelada nos dispositivos dissensuais da tese faz aparecer uma cidade que não vemos, sujeitos pixadores que são invisíveis e inaudíveis, processos comunicacionais silenciados e tornados ilegíveis. Diante da violência que subjuga os corpos e a palavra dos pixadores, os dispositivos dissensuais reconfiguram a trama discursiva que enovela leis, instituições, atores, práticas, espaços e tempos. A proposta é justamente desorganizar as lógicas da governamentalidade consensual e redesenhar as articulações possíveis entre os elementos e atores que fabulam esses dispositivos a fim de alimentar uma performatividade insurgente, um excesso incontido de intermitências e centelhas dissidentes.

Sou muito grata à Ana Karina pelas inúmeras conversas, trocas e parcerias na escrita de artigos, na apresentação de trabalho em eventos, na realização e organização de seminários e no apoio constante em sala de aula. Seu percurso foi construído com muita leveza, generosidade, disposição e inteligência. Fico muito feliz em ver como ela hoje dialoga, em paridade, com interlocutores tão renomados e extremamente caros a essa pesquisa e a nós, como os colegas que compõem a banca de sua defesa. O conhecimento que construímos juntas foi fundamental para alimentar uma força poética e política que, além de estreitar nossos vínculos de amizade, nos impulsiona a fazer da docência uma via para experimentações e biopotências.

Ângela Marques

Referências da Tese

ABRAMOVAY, Miriam et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para Políticas Públicas*. Brasília: Unesco, BID, 2002.

ABREU, Leandro Pimentel. *O inventário como tática: a fotografia e a poética das coleções*. Tese de doutorado. Área de concentração: Comunicação Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

ABRIL, Gonzalo. *Cultura visual, de la semiótica a la política*. Madrid: Plaza y Valdes Editores, 2013. P.163-185.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: Notas sobre a política*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. In: *Outra Travessia*, Ilha de Santa Catarina, nº 5, 2º semestre de 2005. p. 9-16.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. P. 65-79.

AGAMBEN, Giorgio. Uma biopolítica menor. In: *Série Pandemia*. São Paulo, N-1 Edições, 2016.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 10ª ed.

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. 4ª ed.

BARBOSA, Marialva C. A pluralidade de modelos interpretativos nas Ciências Humanas e o lugar da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo; MOURA, Cláudia Peixoto. (Orgs.). *Pesquisa em Comunicação - Metodologias e Práticas Acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 195-211.

BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRAGA, José Luiz. Aprender metodologia ensinando pesquisa: incidências mútuas entre Metodologia Pedagógica e Metodologia Científica. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo; MOURA, Cláudia Peixoto. (Orgs.). *Pesquisa em Comunicação - Metodologias e Práticas Acadêmicas*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2016. p.77-98.

BRAGA, José Luiz. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. In: *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 10, n.20, janeiro/junho de 2010 (2010a). p. 41-54.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós, XX, 2011, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Compós, 2011. Disponível em: <http://www.compos.org.br/menu_anais.php?idEncontro=MjA=>. Último acesso em 19 de jun. de 2018.

BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault: os arranjos disposicionais e a Comunicação. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós, XXVII, 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Compós, 2018.

BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. In: *Matrizes*, São Paulo, Ano 4, n.1, julho/dezembro de 2010 (2010b). p. 65-81.

BRAGA, José Luiz. Uma teoria tentativa. In: *E-compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Brasília, v.15, n.3, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/811>. Último acesso em 20 de mar. de 2018.

BRUCK, Mozahir S. Palavra: Dispositivo. In: *Revista Dispositiva*, Belo Horizonte, v.1, n.1, maio-outubro de 2012. p.39-44. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/2514>>. Último acesso em 31 de mar. de 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Rodrigo Amaro. *Entre prezas e rolês: pixadores e pixações de /em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Área de Concentração: Antropologia Social. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2013a.

CARVALHO, Rodrigo Amaro. Quando as relações se expressam nos muros: pixadores de Belo Horizonte, pixações em Belo Horizonte. In: *Ponto Urbe* [online], São Paulo, nº13, 2013b. P. 1-17. Disponível em: <<https://pontourbe.revues.org/760>>. Último acesso em 29 de mar. de 2017.

CEARÁ, Alex de Toledo; DALGALARRONDO, Paulo. Jovens pichadores: perfil psicossocial, identidade e motivação. In: *Revista Psicologia USP*, São Paulo, nº 19, v.3, julho/setembro de 2008.p. 277-293. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41964/45632>>. Último acesso em 28 de jul. de 2017.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAMBERS, Samuel. *The Lessons of Rancière*. New York: Oxford University Press, 2013. P. 112-122.

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. *Caderno IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 12, n.214, vol.12, 2014. p. 3-18.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? Tradução de Ruy de Souza Dias e Helio Rebello. [Do original: Qu'est-ce qu'un dispositif? In: *Michel Foucault philosophe*. Rencontre internationale. Paris: Seuil, 1989.] 8 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: Por uma literatura menor*. Trad.: Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 157p.

DIAS, Lucas Barreto. *O conceito de aparência em Hannah Arendt: do desmantelamento da metafísica à dignidade da política*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Ética e Filosofia Política. Fortaleza: ICA/ UFC, 2014. P. 59-86.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 5ª ed. P. 5-70.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.3-48.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980 (1980a). P. 127-149.

FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. ('Entretien sur l'Histoire de la sexualité'). In: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*, Tome III. Paris: Gallimard, 1994. p. 298-329.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 3-38; 253-303; 419-488.

FOUCAULT, Michel. The confession of the flesh. In: FOUCAULT, Michel. *Power/ Knowledge: Selected interviews and other writings – 1972-1977*. New York: Pantheon Books, 1980 (1980b), p. 194-228.

FRANÇA, Vera V. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula [orgs.]. *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. p.89-117.

FRANCO, Sérgio Miguel. *Iconografias da metrópole: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo*. Dissertação de mestrado. Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura. São Paulo: FAU/USP, 2009.

GITAHY, Celso. *O que é Graffiti*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KNAUSS, Paulo. *Grafite Urbano Contemporâneo*. In: TORRES, Sônia (org). *Raízes e Rumos*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001. p.334-353.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LELO, Thales Vilela; OLIVEIRA, Ana Karina de C.; MARQUES, Ângela C. S. Política, política, estética e cenas dissensuais: desafios impostos à pesquisa em Comunicação no diálogo com Rancière. In: *XXIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação - Compós*, 2014, Belém, PA. Anais (on-line). Pará: Compós, 2014. Disponível em: <http://www.compos.org.br/anais_texto_por_gt.php?idEncontro=MjM=>. Último acesso em 06 de mai. De 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo: Paulus, 2004.

MARQUES, Ângela C. S. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. In: *Revista Galáxia*, São Paulo, n.22, dez./2011. P. 25-39.

MARQUES, Ângela C. S. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. In: *Revista Contracampo*, Niterói, v. 26, n. 1, abr./2013. P. 126 – 145.

MARQUES, Ângela C. S.; OLIVEIRA, Ana Karina de C. Pixo e cenas dissensuais em Belo Horizonte: antagonismos entre a força da lei e a emergência dos pixadores como sujeitos políticos. In: *Quaestio Iuris*, vol.9, nº04, Rio de Janeiro, 2016. p.2007-2024. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/22475>>.

MARQUES, Ângela C. S.; PRADO, Marco Aurélio M. *Diálogos e dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Apris Editora, 2018.

MITTMANN, Daniel. *O sujeito-pixador: tensões acerca da prática da pixação paulista*. Dissertação de Mestrado. Área de Concentração: Educação. Rio Claro: Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

MORICEAU, Jean-Luc. Longe da distância representativa: uma pesquisa que comunica e organiza. In: MARQUES, Ângela C. S.; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; LIMA, Fábila Pereira (orgs.). *Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017, p. 205-222.

OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho. *“Agora é a vez do pixo”: cenas de dissenso e subjetivação política nas relações entre pixação e arte*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho; COELHO, Tamires Ferreira. Apagaram tudo, pintaram tudo de cinza (mais uma vez). In: *GrisLab - Laboratório de Análise de Acontecimentos*. 06 de março de 2017. Disponível em: <<http://grislab.com.br/1860/>>

PANAGIA, Davide. Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière. *Diacritics*, Baltimore, v.30, n.2, 2000, p. 113-126.

PANAGIA, Davide. *Rancière Sentiments*. Durham and London: Duke University Press, 2018.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, potência da vida. *Revista Lugar Comum*, nº17, jun./2008. p.33-43

PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo...*Saúde Soc.* São Paulo, v.24, supl.1, 2015. p. 19-26

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PEQUENO JÚNIOR, José Eronides de Sousa. *Ação política e aparência em Hannah Arendt*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Ciência Política. Belém: IFCH/UFPA, 2011. P. 14-68.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo*. Dissertação de mestrado. Área de concentração: Antropologia Social. São Paulo: USP, 2005.

QUERÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula [orgs.]. *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. p. 15-48.

RANCIÈRE, Jacques. *Aisthesis: Escenas del régimen estético del arte*. Buenos Aires: Manantial, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Trad.: Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível. Estética e política*. Trad. Mônica costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009a.

RANCIÈRE, Jacques. A poética do saber. Sobre os nomes da história. In: *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Santa Catarina, vol. 1, n.15, outubro/2010a.p.33-43.

RANCIÈRE, Jacques. Biopolítica ou política? Trad. Edécio Mostaço. In: *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Santa Catarina, vol. 1, n.15, outubro/2010b. p.75-79.

RANCIÈRE, Jacques. *El método de la igualdad. Conversaciones con Laurent Jeanpierre y Dork Zabunyan*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *La méthode de la scène. Entretien avec Adnen Jdey*. Paris: Lignes, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *La noche de los proletários: archivos del sueño obrero*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010c.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. Política e Filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Trad.: Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. P.55-82.

RANCIÈRE, J. The method of equality: an answer to some questions.

In: ROCKHILL, G.; WATTS, P. (eds.). *Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics*. Durham and London: Duke University Press, 2009b, p. 273-288.

ROSS, Alison. Expressivity, literarity, mute speech. In: DERANTY, Jean-Philippe (org.). *Jacques Rancière: Key Concepts*. London: Taylor & Francis, 2010. P.133-150.

SALOMÃO, Mozahir; JESUS, Eduardo de. Entrevista com José Luiz Braga. In: *Dispositiva*, Belo Horizonte, v.1, n.1, maio/outubro de 2012. p. 29-38.

SCHECHNER, Richard. A rua é o palco. In: LIGIÉRO, Zeca (org.). *Performance e antropologia de Richard Schechner*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012a.p. 155-198.

SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*. Londres: Yale University Press, 1990.

SOARES, Felipe Bernardo Furtado. *Nóis pixa, você pinta, vamos ver quem tem mais tinta: direito à cidade e resistência nos espaços urbanos*. Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Direito. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

SOARES, Flávia Cristina. A pixação dos jovens no Conjunto Taquaril. In: *Prelúdios*, Salvador, v.2, nº2, jan./jun. 2014. P. 97-110. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/14205/9823>>. Último acesso em 19 de abr. de 2017.

SOARES, Flávia Cristina. Pixação em Belo Horizonte: identidade e transgressão como apropriação do espaço urbano. In: *Ponto Urbe* [online], São Paulo, nº12, 2013. P. 1-16. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/565>>. Último acesso em 29 de mar. de 2017.

SOUTO, Mariana. *Infiltrados e invasores: uma perspectiva comparada sobre as relações de classe no cinema brasileiro contemporâneo*. Tese de doutorado. Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

TASSIN, Etienne. *De la subjetivación política*. Althusser, Rancière, Foucault, Arendt, Deleuze. *Revista de Estudios Sociales*, n.43, 2012, p. 36-49.

TURNER, Victor. *O processo ritual. Estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. P.97-126.

VIANA, Maria Luiza, BAGNARIOL, Piero. História recente do graffiti. In: *Guia Ilustrado de Graffiti e Quadrinhos*. Belo Horizonte: Fapi, 2004.

VIEGAS, Glauce Cristina F. S.; SARAIVA, Luiz Alex S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. In: *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v.16, nº5, setembro/outubro, 2015. P. 68-94. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/6896>>. Último acesso em 22 de mar. de 2017.

YAMAMOTO, Eduardo Y. Desentranhar o comunicacional: a Comunicação segundo José Luiz Braga. In: *Questões Transversais*, São Leopoldo, v.1, n.2, julho/dezembro de 2013. p. 100-106.

Material audiovisual

CIDADE CINZA. Direção de Marcelo Mesquita e Guilherme Valiengo. São Paulo: Espaço Filmes, 2013. Documentário. (80 min).

CULTURA DE RUA NO CAFÉ CONTROVERSO (VÍDEO COMPLETO) - ESPAÇO DO CONHECIMENTO UFMG (BH/MG). Belo Horizonte: CulturaDeRua UFMG, 2014. Vídeo. (134 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vT16nu062l4&t=1s>>. Último acesso em 03 de dez. de 2018.

DEPOIMENTO GOMA - O CASO DOS PIORES. Belo Horizonte: CulturaDeRua UFMG, 2015. Vídeo. (6 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kDJOzXidxZc&t=1s>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

DEPOIMENTO SADOK - O CASO DOS PIORES. Belo Horizonte: CulturaDeRua UFMG, 2015. Vídeo. (5 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0Vn_A2FR1wc&t=1s>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

HABEAS CORPUS. Belo Horizonte: Pixo Livre, 2016. Vídeo. (11 min.) Disponível em: <<https://www.facebook.com/pixolivre/videos/1301269189936463/>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

LUZ, CÂMERA, PICHANÇA. Direção de Gustavo Coelho, Marcelo Guerra e Bruno Caetano. Rio de Janeiro: Coletivo Have a Nietzsche Day, 2011. Documentário. (102 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b_MB_CmhjUQ&t=208s>. Último acesso em 03 de jan. de 2019.

PIXO AÇÃO 2 - VERSÃO FESTIVAL. Direção de Bruno de Jesus Rodrigues. São Paulo: Studio 13, 2014. Documentário. (20 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9Mh9IMd5zl4>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

QUADRILHA DO PIXO BH! Belo Horizonte: Pixo Livre, 2016. Vídeo. (1 min. e 47 seg.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dn0kuQstsOQ>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

QUADRILHA DO PIXO! SÁBADO NA FUNARTE. Belo Horizonte: Pixo Livre, 2016. Vídeo. (58 seg.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ru4X2R1w5dE>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

QUADRILHA DO PIXO! 04/06 NA FUNARTE. Belo Horizonte: Pixo Livre, 2016. Vídeo. (37 seg.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Sou8O8q-ONA>>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

SOMOS TODOS ARTE DE RUA. Belo Horizonte: Xpray Graffiti, 2016. Vídeo. (6 min.). Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=1183110298401833>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019.

Matérias jornalísticas e outros conteúdos online

CAMILO, José Vítor. *Grupo manifesta contra prisão de pichadores em BH*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 05 de maio de 2019. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/grupo-manifesta-contra-prisao-de-pichadores-em-bh-1.1292949>>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

FERREIRA, Gustavo. *A festa da Quadrilha do Pixo*. Vice, Belo Horizonte, 17 de junho de 2016. Notícias. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/xyqp5z/quadrilha-do-pixo-belo-horizonte>. Último acesso em 11 de jan. de 2019.

FERREIRA, Gustavo; VILELA, Maxuell. *Ato em BH critica criminalização da pichação e impunidade da Samarco*. Jornalistas Livres, Belo Horizonte, 05 de maio de 2016. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/ato-em-bh-critica-criminalizacao-da-pichacao-e-impunidade-da-samarco/>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

MARTINS, Tábata. *Serraria Souza Pinto vira alvo de pichações*. Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 10 de março de 2014. Horizontes. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/serraria-souza-pinto-vira-alvo>>.

de-pichações-1.246730>. Último acesso em 18/12/2018.

OLIVEIRA, Natália. *Justiça condena líder e um membro de grupo 'Pixadores de Elite'*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 13 de abril de 2014. Cidades. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-condena-1%C3%ADder-e-um-membro-de-grupo-pixadores-de-elite-1.1278496>>. Último acesso em 05 de jan. de 2019.

PACELLI, Shirley. *Pichação em debate na Faculdade de Direito da UFMG*. Portal Uai, Belo Horizonte, 16 de maio de 2014. E-mais. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/05/16/noticia-e-mais,154708/pichacao-em-debate-na-faculdade-de-direito-da-ufmg.shtml>>. Último acesso em 27 de dez. de 2018.

PARREIRAS, Mateus. *Três anos depois do rompimento da barragem do Fundão, o pesadelo continua*. Estado de Minas (online), Belo Horizonte, 04 de novembro de 2018. Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/11/04/interna_gerais,1002816/3-anos-apos-rompimento-da-barragem-do-fundao-o-pesadelo-continua.shtml>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

RAMOS, Raquel; FONSECA, Renato. *Obras para o Iate Tênis Clube se adequar ao conjunto arquitetônico da Pampulha são de R\$ 20 mi*. Jornal Hoje em Dia (online), Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2016. Horizontes. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/obras-para-o-iate-t%C3%AAnis-clube-se-adequar-ao-conjunto-arquitet%C3%B4nico-da-pampulha-s%C3%A3o-de-r-20-mi-1.355589>>. Último acesso em 07 de jan. de 2019

SOARES, Felipe B. F.; SABINO, Guilherme G.; SOARES, Lucas E. F. *Lawfare contra os pixadores em Belo Horizonte em três atos*. Justificando, São Paulo, 5 de dezembro de 2016. Artigos. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2016/12/05/lawfare-contra-os-pixadores-em-belo-horizonte-em-tres-atos/>>. Último acesso em 04 de jan. de 2019.

TIBURI, Márcia. *Luz, câmera, pichação*. Cult (online), São Paulo, 30 de abril de 2012. Colunistas. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/luz-camera-pichacao/>>. Último acesso em 02 de jan. de 2019.

VIEGAS, Fernanda; CAZETTA, Jhonny. *PM realiza operação para combater 'pichadores de elite' da RMBH*. Jornal O Tempo (online), Belo Horizonte, 27 de maio de 2015. Cidades. Disponível em: <<https://www>>

otempo.com.br/cidades/pm-realiza-opera%C3%A7%C3%A3o-para-combater-pichadores-de-elite-da-rmbh-1.1045786>. Último Último acesso em 03 de jan. de 2019.

VIEGAS, Fernanda; LACERDA, Nathália; EMERICH, Danilo. *Pichador de igreja da Pampulha tem prisão preventiva decretada*. O Tempo (online), Belo Horizonte, 07 de março de 2016. Cidades. Disponível em:<<https://www.otempo.com.br/cidades/pichador-de-igreja-da-pampulha-tem-pris%C3%A3o-preventiva-decretada-1.1274838>>. Último Último acesso em 05 de jan. de 2019.

Sobre os autores

Ana Karina de Carvalho Oliveira

Doutora em Comunicação Social pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG). Especialista em Comunicação Social: Imagens e Culturas Midiáticas (2011) pela FAFICH/UFMG. Professora dos cursos de Comunicação (Publicidade e Propaganda; Jornalismo) da Faculdade Promove de Minas Gerais. Desenvolve pesquisa relacionada à interseção entre Comunicação, Política e Estética, com foco no estudo das intervenções gráficas urbanas como formas de participação e subjetivação políticas.

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. É pesquisadora do CNPq e tem pós-doutorado na Universidade Stendhal, Grenoble III, na França. É autora dos livros *Apelos solidários* (Intermeios, 2017), escrito com Angie Biondi; *Diálogos e Dissidências: M. Foucault e J. Rancière* (Appris, 2018), com Marco Aurélio Prado; e *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018), com Luis Mauro Sá Martino. É organizadora do livro *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018).

Jean-Luc Moriceau

Doutor em Ciências de Gestão da Universidade de Paris IX Dauphine, é habilitado a dirigir as pesquisas (HDR) desta mesma universidade, ele é responsável pela formação de doutores do LITEM, Laboratório da Universidade de Paris-Saclay. Professor do Programa de Pós-Graduação do Institut Mines-Télécom Business School (IMT, Evry, France) e da Université Paris-Saclay. É co-dirigente do grupo de pesquisa ETHOS, no âmbito do LITEM, Laboratório comum do IMT Business School e da Université d'Evry Val d'Essonne. Seus principais interesses de investigação relacionam-se aos temas: Estética e organização; Estudos críticos de gestão/pós-modernismo; Arte e construção de sentido; Performance

e performatividade; Métodos Qualitativos de pesquisa e de controle de gestão. Publicou, entre outros, os livros *Demo(s); Philosophy– Pedagogy – Politics* (Sense Publishers, 2016) ; *Recherche en sciences sociales:sexposer, cheminer, réfléchir ou l'art de composer sa méthode* (Éditions EMS, 2019) ; *L'art du sens dans les organisations* (PUL) et *Turn to Film* (Sense).

José Luiz Warren Jardim Gomes Braga

Professor Titular e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos (RS) desde 1999, tendo coordenado o Programa de 2002 a 2004. É Pesquisador 1A do CNPq. Doutor em Comunicação pela Université de Paris II, Institut Français de Presse (1984). Foi Presidente da COMPÓS (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) gestão 1993-95. É autor de *A sociedade enfrenta sua mídia - dispositivos sociais de crítica midiática* (Editora Paulus, São Paulo, 2006); e de outros livros e artigos acadêmicos na área da Comunicação. Atua principalmente nas seguintes áreas de interesse: métodos de pesquisa em Comunicação; crítica mediática; mediatização.

Laura Guimarães Corrêa

Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG. Coordena o Colegiado do Curso de Publicidade e Propaganda da UFMG. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Realizou pesquisa de pós-doutorado na London School of Economics and Political Science (LSE), Reino Unido, com bolsa Capes (2015-2016). Foi integrante do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS) entre 2007 e 2013 e coordenou o Núcleo de pesquisa em Publicidade, Mídia e Consumo (GrisPub) entre 2012 e 2018. É líder do Coragem - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero desde 2018. Pesquisa, orienta e publica principalmente sobre os temas: imagem, raça, gênero, interseccionalidade, comunicação visual, intervenções urbanas, publicidade e consumo. Com Vera França, organizou o livro *Mídia, Instituições e Valores* (2012). Organizou também o livro *“Vozes negras em comunicação: mídia, racismo, resistências* (2019).

Marco Aurélio Máximo Prado

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com foco em estudos sobre participação social, identidades coletivas e movimentos sociais. É professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde é o atual coordenador do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania LGBT e pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Psicologia Política. Publicou, entre outros, os livros: *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres* (Autêntica, 2007); *Preconceito contra homossexualidades* (Cortez, 2008); *Experiências em Educação e Diversidade Sexual* (MJR, 2015). Em co-autoria com Ângela Marques, publicou *Diálogos e Dissidências: M. Foucault e J. Rancière* (Appris, 2018).

ANA KARINA DE CARVALHO OLIVEIRA

Professora dos cursos de Comunicação da Faculdade Promove de Minas Gerais. Doutora e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Desenvolve pesquisa relacionada à interseção entre Comunicação, Política e Estética.



Esta coleção foi concebida para registrar e difundir encontros raros entre professores de diferentes universidades. Pretende-se reverberar os olhares e questionamentos ímpares que compõem este momento único da crítica acadêmica com a transcrição das defesas de teses e dissertações ocorridas no PPGCOM-UFMG.